

**CLEUDINEIA FERREIRA DE SOUZA FERNANDES
LORENA PENA LOURES MOURA
SONIA MARIA SILVA DE SANTANA**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO DESCUMPRIMENTO DAS
CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE
CARATINGA-MG**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Faculdade DOCTUM de Caratinga, como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

Área de Concentração: Assistência Social

Orientador: Prof. Sônia Gomes de Freitas

FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA

CARATINGA

2017

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vencida. Agora serão novas metas e as expectativas para novas conquistas. Agradeço primeiramente a Deus, por abençoar minha caminhada até aqui, pois sem ele eu nada seria. A minha família peça fundamental para concretização desse sonho. Aos meus pais SÔNIA e BRÁS pela força, apoio, dedicação e incentivo de sempre! Terei eterna gratidão. Ao meu irmão GUSTAVO que sempre caminhou ao meu lado. E por todos aqueles que acompanharam minha trajetória até aqui, em especial aos meus avós, tios, primos, e aos meus amigos que sempre estiveram comigo. O meu muito obrigada!

“Consagre ao Senhor tudo que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos”. (Provérbios 16:03).

Lorena Pena

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por ter me guiado e me amparado nos momentos difíceis, dando-me forças para prosseguir e nunca ter me deixado desistir.

Ao meu filho Filipe, amor eterno, você estará sempre vivo no meu coração, que me acompanhou me ajudando para que esse sonho se realizasse, sendo sempre dedicado comigo. Esta vitória também é sua Filipe. Não poderia deixar de registrar aqui o meu agradecimento aos meus outros filhos Rannolfo e Romenia, que vivenciaram momentos tão difíceis nesta caminhada.

Agradeço ao meu esposo Luizinho, pela paciência e dedicação. Aos meus colegas de sala e as professoras Renta e Livia que compartilharam comigo seus conhecimentos para minha formação profissional e principalmente á professora Sonia, a qual foi minha orientadora, pela dedicação e paciência que soube conduzir com muita serenidade esta etapa tão desgastante pela qual passamos. Minhas colegas Cleudinéia e Lorena pelo companheirismo.

Aos amigos que fiz durante esta trajetória, pelos momentos inesquecíveis que passamos juntos. Amo vocês.

Sonia Maria

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que foi minha fortaleza e motivação ao longo da caminhada. É com muita alegria que posso hoje comemorar essa conquista de me tornar uma profissional do Serviço Social. Foram muitas lutas, dificuldades e obstáculos, mas a vitória sempre chega para aqueles que buscam se superar a cada dia. Quero também deixar meu agradecimento à minha filha Ilana, ao meu filho Carlos Júnior e ao meu marido Carlos, que sempre me incentivaram a correr atrás dos meus objetivos e ter forças para alcançá-los. Obrigado a todos que de alguma forma fizeram parte desta jornada e como já dizia o sábio Renato Russo “Quem acredita sempre alcança”

Cleudinéia Fernandes

EPIGRAFE

Valeu a pena, eh eh

Valeu a pena, eh eh

Sou pescador de ilusões

Sou pescador de ilusões

Se eu ousar catar

Na superfície de qualquer manhã

As palavras de um livro sem final

Sem final, sem final, sem final, final

Valeu a pena, eh eh

Valeu a pena, eh eh

Sou pescador de ilusões

Sou pescador de ilusões ...

Compositores: Lauro Jose De Farias
Marcelo Custodio Marcelo Do
Nascimento Santana Alexandre
Menezes Marcelo Lobato
(PESCADOR DE ILUSÕES, O
RAPPA).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único para Programa Sociais

CEAS – Centro de Estudo e de Ação Social

CFAS – Conselho Federal de Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializa de Assistência Social

DC – Desenvolvimento de Comunidade

FHC – Fernando Henrique Cardoso

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF – Prestação e Atendimento Integral à Família

PAEIF – Proteção e Atendimento Especializado às Famílias

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se configura como uma exigência da obtenção do título de bacharel no curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Caratinga. Durante o processo de formação acadêmica mais precisamente por meio da realização do estágio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde verificamos o trabalho do assistente social no descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF do Município de Caratinga-MG. A pesquisa realizada teve como norte o trabalho do assistente social na operacionalização a Bolsa Família que não se distingue da atuação nas demais políticas sociais que sofrem profundas retrações sociais. Ao contrário, o formato focalizado e condicionado deste programa reflete o corte liberal vivenciado pelas políticas neoliberais a partir da década de 1990 no Brasil. Daí o interesse desta pesquisa em identificar a quantidade de famílias que rompem com as condicionalidades e seus motivos, analisando o trabalho que é desenvolvido pelas assistentes sociais para fortalecer a condição de beneficiários, demonstrando os impasses enfrentados pela família de baixa renda para manter o acesso a uma renda mínima. Primeiramente foi realizado um estudo do processo histórico desde a gênese do serviço social, destacando também a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e seus níveis de proteção social, o Projeto ético – política e o Programa Bolsa família e suas condicionalidades: uma perspectiva de intervenção para o Assistente Social no CRAS e a categoria questão social, suas implicações e a intervenção do assistente social. Por fim, foi feita uma pesquisa semiestruturada qualitativa que foi aplicada ao Assistente Social do CRAS.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I – O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DE SUA GÊNESE À INTERLOCUÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	12
1.1 O Serviço Social no Brasil: Sua gênese e seu desenvolvimento	12
1.2. A Política de Assistência Social e seus níveis de proteção social	24
1.3 O Projeto ético político como norteador da prática profissional	35
CAPITULO II – O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES: UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS	43
2.1 Os programas de transferência de renda no Brasil: O Programa bolsa família e suas condicionalidades.....	44
2.2. O Trabalho do Assistente Social no Descumprimento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família do Município de Caratinga-Mg	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
APÊNDICE	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado sob o tema “O trabalho do assistente social no descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família no município de Caratinga-MG” tem como objetivo geral refletir como acontece a atuação dos profissionais assistentes sociais diante das controvérsias das condicionalidades do Programa Bolsa Família. A partir daí, particularizou-se alguns aspectos como o enfrentamento destes em situações que muitas vezes contradizem os objetivos profissionais. Associada aos objetivos buscou-se analisar a percepção dos usuários através do Programa Bolsa Família.

O programa é introduzido, segundo a intenção governamental, com o objetivo de enfrentar um grande desafio que é o combate à fome e à miséria, mediando à promoção e à emancipação das famílias mais pobres do Brasil. No entanto, o Programa Bolsa Família se apresenta de forma seletista, através da realização de análises sociais e econômicas das famílias como condição para o acesso ao benefício para aquelas que a eles recorrem.

O Programa Bolsa Família é estruturado através das condicionalidades, as quais permitem que os usuários sejam contemplados por outras políticas, como de Saúde e Educação, além da Assistência Social. As condicionalidades, também, são visualizadas como norma as quais as famílias devem obedecer para permanecer beneficiária do Programa Bolsa Família.

Trabalho este que resultou da experiência de estágio supervisionado dos alunos referenciados, vale ressaltar que nem todos realizaram o estágio na Política de Assistência Social.

Para tanto, tem-se como metodologia para a realização da presente pesquisa, a pesquisa bibliográfica com livros, teses e publicações acerca do tema estudado, buscando trazer autores que tratam da questão a ser discutida na perspectiva de elucidar a temática.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada de caráter qualitativa com duas profissionais responsáveis pelo atendimento ao descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família no CRAS, no período de 05 a 10 de novembro de 2017.

Com marco teórico do trabalho têm-se as ideias sustentadas pelos autores José Paulo Netto, Maria Carmelita Yasbekc, Maria Ozanira da Silva e Marilda Villela lamamoto que trazem de forma clara e objetiva a discussão sobre o tema apresentado.

Nesta perspectiva, o primeiro capítulo vem contextualizar o serviço social brasileiro: de sua gênese à interlocução com a política de assistência social. Este capítulo traz ainda o serviço social enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho e o projeto profissional crítico do serviço social: as bases de apoio do projeto ético – político

Já o segundo capítulo traz o programa de transferência de renda do programa bolsa família, seguido dos subitens: o benefício e suas condicionalidades; os critérios para inclusão das famílias beneficiárias e análise dos dados: o trabalho do assistente social no descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Caratinga-mg.

2 CAPÍTULO I – O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DE SUA GÊNESE À INTERLOCUÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

1.1 O Serviço Social no Brasil: Sua gênese e seu desenvolvimento

O Surgimento do Serviço Social se deu com as transformações societárias e das contradições entre a relação capital e trabalho, agravando as expressões da questão social, sendo esta a matéria prima do Serviço Social.

Segundo, Iamamoto e Carvalho,

“Questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário público da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO E CARVALHO 1991, p. 77).

O Serviço Social no Brasil teve sua gênese durante o processo histórico entre os anos de 1920 e 1930, onde o país passava por um período de aprofundamento do modelo de Estado intervencionista, sob a égide do capitalismo monopolista internacional. Para NETTO “o capitalismo monopolista é onde ocorre a concentração maior de capital (lucro). E a crescente exploração, alienação e aumento do exército industrial de reserva”. (NETTO, 2011, p.19). Porém, no Brasil era desenvolvido o modelo agroexportador, que mudou com a “Era Vargas” ¹ para o modelo urbano-industrial.

Diante desta mudança no sistema agrário-comercial para o industrial, ocorreu posse indevidas de bens gerando profundas alterações sociais, aumentando os conflitos e os problemas sociais. Os trabalhadores rurais migravam para a cidade em busca de emprego, com intuito de vender sua força de trabalho, lotando as áreas

¹ Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, de forma contínua (de 1930 a 1945). Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas. (Disponível em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>).

urbanas, gerando assim um aumento significativo do desemprego, moradias precárias, aglomerados de pessoas desenvolvendo assim todos os tipos de doença.

Os trabalhadores se viram explorados e alienados, sendo assim a classe trabalhadora se organizaram através de mobilizações por melhores condições de vida e trabalho, contra a classe dominante. As lutas eram vistas pelo capitalismo como ameaça a seus interesses, e como desorganização social e moral.

De acordo com Iamamoto e Carvalho,

À medida que o capital só se nutre de mais-valia – isto é, de trabalho excedente não pago, apropriado do trabalhador desprovido dos meios de produção e de vida – o confronto entre os agentes sociais é permeado por uma luta infinda na defesa de seus interesses antagônicos: o que é substância e condição do crescimento do capital é parte do próprio processo vital do trabalhador. Este se desgasta e se empobrece como meio de subsistir e, no mesmo ato, enriquece o capitalista e recrudescem as condições que reproduzem sua própria situação de classe. (IAMAMOTO E CARVALHO 1996, p. 106).

Diante deste cenário, o Serviço Social brasileiro intervém junto a classe trabalhadora, demanda essa que surgiu das transformações societárias, políticas e econômicas, sendo esta intervenção ligada à Igreja Católica.

Para Iamamoto e Carvalho,

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.27).

Ainda segundo Iamamoto,

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais [...]. Seu surgimento se dá no seio do bloco Católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. [...]. O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para definição do papel da igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumir a sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1998, p. 213).

Vale ressaltar, que no início a profissão era de cunho assistencialista e requeria profissionais do sexo feminino e as mesmas deveriam ter ligação dentro da Igreja Católica. Para os assistentes sociais que estavam nas escolas de serviço social, a formação moral e doutrinária era essencial, não se preocupando com o conhecimento técnico, científico, pois o intuito era levar conhecimento as classes subalternas. IAMAMOTO, 2011, p. 200 “Os relatos existentes, sobre as tarefas desenvolvidas pelos Assistentes Sociais, demonstram uma atuação doutrinária e eminentemente assistencial”.

No Brasil a gênese do Serviço Social não foi diferenciada da Europa, pois viveram a mesma etapa de desenvolvimento social, onde desencadeou as mazelas da questão social, se institucionalizando a serviço da doutrina social da Igreja, fundamentado na individualização e no conservadorismo proposto pelo capital, visando garantir manutenção da sua ordem social trabalhando sobre “características individuais” dos cidadãos que apresentam algum tipo de “desajuste social”.

A partir da década de 40, se estendendo até a década de 50, o Serviço Social Brasileiro, sofre influência norte americana e é incluído no discurso do Serviço Social, conceitos técnicos e científicos, tendo a real manipulação e ordem. Ocorre a expansão do capitalismo, os profissionais começam a perceber a necessidade de se avançar dentro da mesma, em busca de conhecimento e aperfeiçoamento como as estratégias de respostas às novas demandas. Segundo MARTINELLI, (2010, p. 131) “A ausência de identidade profissional, de projeto profissional e específico produzia uma grande fragilidade em termos de consciência política, de consciência social”.

Em 1941 deu-se início ao intercâmbio entre o Brasil e Estados Unidos através da Conferência Nacional do Serviço Social, sendo ofertados cursos e bolsas de

estudos aos Assistentes Sociais brasileiros. Contudo em 1945 houve um afastamento das doutrinas da Igreja católica, com o modelo funcionalista ² que foi aplicado no Brasil, sendo assim os Assistentes Sociais buscavam mais oportunidades de estudos nos Estados Unidos.

No Brasil o Serviço Social sofreu grande influência de MARY RICHMOND, baseado em suas ideias de filantropia científica incorporando as teorias estrutural e funcionalista e as metodologias da intervenção, exclusivamente os métodos de “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade” Sendo que o Serviço Social de caso foi o primeiro a ser ensinado no Brasil, dentro de uma corrente sociológica aproximando-se da psicologia, tinha como objetivo estabilizar a situação do usuário referente a sua adaptação a sociedade.

Parafrazeando Mary Richmond,

“o serviço social de caso é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente indivíduo, por indivíduo entre homens e seu ambiente” e tem como ideia central: “o desenvolvimento da personalidade, através de ajustamento consciente e abrangente”. (MARY RICHMOND 915, apud BALBINA, 1978, p.44).

Mary E. Richmond, é a principal representante do serviço social de caso e uma das pioneiras da profissão, considera que o indivíduo só pode ser pessoal se participa do meio social, tinha como objetivo reajustar o sujeito a sociedade responsabilizando pela situação vivenciada, ou seja, não havia o entendimento de que a “questão social” era consequência da acumulação capitalista e o serviço social era uma profissão que “ajudava as pessoas a se ajudarem”, adaptando-as a ordem social vigente. Para RICHMOND, (1915, apud BALBINA 1978, p. 44) “O Serviço Social de Caso é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente”.

² A Teoria Funcionalista aborda globalmente os meios de comunicação de massa no seu conjunto. “(...) A questão de fundo já não são os efeitos, mas as funções exercidas pela comunicação de massa na sociedade” (WOLF, 2009, p. 25), o que a distância das teorias precedentes. Consiste, resumidamente, em definir a problemática dos mas media a partir do ponto de vista do funcionamento da sociedade e da contribuição que os mas media dão a esse funcionamento. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_funcionalista).

No ano de 1947 as escolas de serviço social no Brasil, difundiram uma nova técnica de intervenção; o serviço social de grupo, buscando solucionar problemas individuais em encontros grupais, onde o mesmo tinha o objetivo auxiliar os indivíduos utilizando abordagem grupal nas diferentes situações sociais problemas identificados em um número expressivo de “clientes”.

O serviço social de grupo era utilizado dentro de uma conjuntura educacional na medida em que visava fortalecer a personalidade individual baseando-se intimamente com ligação aos movimentos de alto-ajuda dando notoriedade terapêutica e disciplinador reprimindo o comportamento “inadequado e desequilibrado” sem se atentar não deixando de focar na questão social.

O serviço social de comunidade conhecido anteriormente como organização de comunidade ou desenvolvimento de comunidade –DC pouco se diferencia do serviço social de caso e de grupo que tinha como finalidade o ajustamento social do indivíduo e ao mesmo tempo realizava um trabalho social.

Segundo Junqueira,

“Seus princípios em relação aos conceitos” são: a doutrina da pessoa humana da comunidade do bem comum centra sua estratégia na obra social concebida está como uma estrutura através da qual um grupo de indivíduos procura sem ideia de remuneração ou lucro, solucionar e proibir problemas. (JUNQUEIRA, 1956, p 171 – 172).

No processo de expansão da profissão o serviço social de comunidade foi a peça chave assumindo propostas desenvolvimentistas, contudo na década de 1960 a profissão enfrentou uma crise existencial onde passa a questionar suas referências conservadoras dando início a um processo de reflexão sob a prática profissional do serviço social, iniciando um novo processo de renovação da profissão.

De acordo com Konopka, os meios de trabalho eram definidos como:

Um método do serviço social que ajudava os indivíduos a amentarem seu funcionamento social, através objetivas experiências de grupo e a enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade. (KONOPKA, 1979, p. 33).

O serviço social amplia a sua atuação nas áreas neste momento promissor da profissão caracterizando o profissional sendo relevante a pesquisa administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria de cunho populares intensificando o questionamento da perspectiva técnico – burocrática sendo esta considerada um instrumento de dominação de classe a serviço do capital, surgindo a intenção de ruptura com traços conservadores da profissão.

A profissão passa a rever sua fundamentação conservadora em um movimento que pretendia reconfigurar as bases teóricas, técnicas e políticas da profissão e começa a emergir um movimento de renovação profissional.

De acordo com Silva & Silva,

O movimento de reconceituação vem, portanto questionar as estruturas sociais, surgindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesse das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração política – econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade. (SILVA & SILVA 2002, p. 89):

A partir dos anos de 1960, foi incluído no interior da classe, um reposicionamento da prática profissional, se auto reconhecendo como uma profissão de caráter político que irá se intensificar na década de 1970. A atuação profissional era vista por um cunho moral e religioso, surgindo uma crítica ao modelo tradicional/conservador de atuação, e com isso uma busca de ruptura com esse conservadorismo presente na prática profissional.

De acordo com lamamoto, a ruptura com a herança conservadora,

Se expressa como uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, do setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento social mais geral determinado pelo confronto e a correlação de forças entre classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las. (IAMAMOTO 1997, p. 37).

É de grande relevância a renovação da profissão, pois os profissionais passavam por um momento de crise ideológica e política, e ao mesmo tempo, faziam questionamentos referentes à ligação da profissão com as classes dominantes, prejudicando a eficácia da mesma.

Netto afirma que,

Nesta perspectiva do processo de renovação do Serviço Social no Brasil se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, a ponderabilidade maior da herança profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresentam. Revela notar, ainda e preliminarmente, que a correta apreciação dessa perspectiva demanda observações, mesmo sumarias, acerca das dificuldades que se punham para a explicitação do pensamento mais conservador, de que ela é uma ponta privilegiada, quando da sua emersão do panorama do Serviço Social no país. (NETTO 1996, p. 202).

Apesar do momento de Renovação do Serviço Social ter ocorrido em plena Ditadura Militar³, os avanços aconteceram de forma significativa em sua base teórico-conceitual. É neste cenário que se discute o Serviço Social e a sociedade capitalista esse movimento representou a categoria do Serviço Social em busca de modificações, possibilitando significativos questionamentos, inquietações dos profissionais do Serviço Social, permitindo que a categoria tomasse um posicionamento relacionado as bases da profissão e o verdadeiro sentido e compromisso com a classe trabalhadora.

³ Ditadura militar ou regime militar é uma forma de governo autoritário onde o poder político é efetivamente controlado por militares. Como qualquer ditadura ou regime, ela pode ser oficial ou não e também existem formas mistas, onde o militar exerce uma influência muito forte, sem ser totalmente dominante. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar).

NETTO, (1996), afirma que a expressão das ideias da perspectiva modernizadora do Serviço Social tem sua formulação afirmada nos dois seminários de teorização do Serviço Social organizados pelo CBCISS, realizados durante a Ditadura Militar: Seminário de Araxá-1967 e Teresópolis-1970 que de acordo com o autor, um representa a afirmação da perspectiva modernizadora e os outros representam a cristalização da mesma. NETTO (1996), ainda traz a discussão os colóquios de Sumaré e Alto Boa Vista, os quais afirmam representar o deslocamento de tal perspectiva. Esses documentos, embora seja um marco no processo de ruptura com o serviço social tradicional, visavam adequar a profissão às tendências políticas que a ditadura tomou dominante, e que não se punha como objeto de questionamento pelos protagonistas que concorriam a sua elaboração.

O documento de Araxá, como ficou conhecido, foi uma das primeiras iniciativas de teorização do Serviço Social. Neste são definidas a atuação do Serviço Social, que deveria intervir junto ao desajustamento social e familiar, que “decorrem das estruturas sociais inadequadas”.

De acordo com o documento de Araxá,

O Serviço Social atua na base das inter-relações do binômio indivíduo-sociedade {...} como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas. (DOCUMENTO DE ARAXÁ, 1965, p.11).

De acordo com NETTO (1996), “O escopo do documento, todo ele, vai à relação deste “rompimento”, entendido aí como a ruptura com a exclusividade do tradicionalismo; realmente, não há rompimento: há a captura do tradicional sob novas bases”.

Tendo um referencial embora “moderno”, mas por outro lado funcionalista este documento reflete uma teorização operacional em função do modelo básico de desenvolvimento.

Segundo Netto,

Uma vez que não se rompe profunda e conseqüentemente com o tradicionalismo, seus traços rebatem e repicam na justificação da ação interventista, na delimitação dos meios e objetos de intervenção e na própria representação da funcionalidade da profissão. (NETTO, 1996, p.177).

De acordo com o documento de Teresópolis “a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas, sobretudo como pauta interventiva”.

Netto ressalta que,

O Seminário de Teresópolis possui um tríplice significado no processo de renovação profissional no Brasil, uma vez que apontou a necessária “requalificação do assistente social”, definindo “o perfil sociotécnico da profissão e a inscreveu conclusivamente no circuito da modernização conservadora”. Desse modo, o documento de Teresópolis aponta uma perspectiva modernizadora que se consolida não apenas numa concepção de profissão, porém numa “pauta interventiva” (NETTO, 1996, p. 178-192).

Netto discute no texto *Teorização em Serviço Social* que o documento de Sumaré:

Propunha uma discussão referente à relação do serviço social com a cientificidade, a fenomenologia e a dialética. Foi realizado nos dias a 20 a 24 de novembro de 1978 e contou com participação de 25 Assistentes Sociais e teve por objetivo a continuação dos estudos iniciados do I Seminário de Teorização do Serviço Social que aconteceu em Araxá, propondo novos questionamentos a ser discutidos e aperfeiçoados quanto ao de Araxá e assim mantendo este inalterado (NETTO 1991 P. 188).

Embora o Seminário Alto da Boa Vista não teve grande repercussão, foi de relevância para o desenvolvimento de uma posição crítica da categoria profissional.

Para Netto,

O encontro no Alto da Boa Vista realizado em 1984, contou com a participação de 23 profissionais e um estudante, neste os profissionais reuniram-se para debater a fundamentação que orientam as práticas atuais visando a acrescentar aos outros seminários realizados anteriormente (Araxá, Teresópolis, Sumaré), mais questões sobre a construção metodológica do Serviço Social (NETTO, 1947 p. 64).

Neste contexto, as reflexões debatidas em tais seminários foram de suma importância não somente para a formação do pensamento crítico dos profissionais de Serviço Social, mas também para gerar importante documento que constitui a base do conhecimento sobre a profissão e as alternativas de possíveis mudanças ao longo dos tempos. Porém, de acordo com NETTO, (1991), foi no marco do Seminário de Sumaré do Alto da Boa Vista “que se explicou” a perspectiva da reatualização do conservadorismo⁴.

A perspectiva da reatualização do conservadorismo trouxe à tona elementos do conservadorismo e do pensamento católico, já que na visão fenomenológica era imprescindível que o profissional, buscase compreender e interpretar adequadamente as necessidades do “cliente”, de forma a “ajudá-lo” a desvendar possibilidades de realização de seus propósitos humanos. Entretanto suas reflexões centram-se no entendimento da prática profissional como ajuda psicossocial.

Neste sentido Iamamoto afirma,

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação do profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se objetivamente a serviços dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominantes da sociedade. (IAMAMOTO, 200, p. 37).

Quanto a essa perspectiva NETTO (1991) sinaliza a consolidação por meio de três momentos: Emersão, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional.

⁴ As tendências à Reatualização do Conservadorismo no Serviço Social brasileiro, explicitada na recorrência de um novo modelo de atuação profissional, pressupõem a participação do denominado cliente (hoje o termo utilizado é usuário) nas decisões e ações profissionais. (Disponível em <http://seer.unipampa.edu.br/index.php/siepe/article/view/3040>).

Neste sentido Netto,

O Método BH: “constitui um marco para o Serviço Social, uma alternativa global ao Serviço tradicional. Pois o grupo que elaborou o Método BH” não se ateve em fazer apenas uma crítica ao Serviço Social tradicional, suas formulações dirigidas às concepções e às práticas do Serviço Social deram [...] suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO 2006, p.76).

O Método de BH foi um acontecimento de grande marco dando um grande avanço para o desenvolvimento do Serviço Social onde um grupo de professores da Universidade Católica PUC-MG se reuniu na década de 60 em busca do rompimento com o tradicionalismo. Para SILVA, (2007, p. 35) esse processo “se constitui na mais que significativa proposta crítica do Serviço Social elaborada dessa época no Brasil, e influenciando setor mais crítico da profissão, sobretudo aqueles que se encontravam nas Universidades”.

Parafraseando NETTO (1991), “Os formadores de BH expressam a base ideológica da sua projeção, rechaçando qualquer postura asséptica ou transclásista, a definirem seus objeto e objetivos”.

Netto afirma que,

No espaço universitário tornou-se possível a interação intelectual entre Assistentes Sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da pratica profissional submetidas às exigências e controles institucional – organizacionais é especialistas e é investidores de outras áreas, ali se tornaram possíveis experiências –piloto (através da extensão, com campos de estagio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica.(NETTO 2006, p.76).

Netto complementa que,

No segundo momento houve a apropriação do “marxismo acadêmico” por meio de documentação textual e uma ampla discursão das dimensões políticas e históricas; o Serviço Social estruturava-se nas bases da dialética marxista, e não bastava ser o profissional neutro da realidade: os

assistentes sociais deveriam afirma-se enquanto agentes políticos, críticos e históricos. (NETTO 1990, P. 275).

O espraiamento dessa perspectiva se deu ao penetrar os espaços organizativos da profissão, e se estendeu até a década de 80, no contexto da abertura democrática dos pais com encerramento da ditadura militar, a campanha das diretas já, com a constituição federal de 1988, o crescimento das mobilizações sociais e a reorganização das classes trabalhadoras.

Netto assevera que,

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no serviço social: no processo de derrota da ditadura inscreveu-se na primeira condição, a condição política para um novo projeto profissional. (NETTO 1999, p. 100).

Santana diz que,

Os assistentes sociais, preocupados com a modernização do país e da profissão, assume a imposições predominantemente favoráveis à reprodução das relações sociais. Porém, a partir da década de 1980, o setores críticos (em geral, respaldados na teoria marxista) assumem a vanguarda da profissão. É no bojo desse processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético político da profissão. (SANTANA, 2000, P. 80).

Em 1986 foi instaurado o código de ética do serviço social⁵, um marco para a profissão, pois rompia de vez com o tradicionalismo. Posteriormente, em 1988 houve a promulgação da Constituição Federal do Brasil, que até então era conhecida como Constituição Cidadã, reconhecendo os direitos sociais e enunciando o que é dever do Estado e direito do cidadão. Em 1993, o código de ética do Serviço Social foi

⁵ O código de ética de 1986 foi um marco na profissão do Serviço Social, pois o seu direcionamento rompe com conservadorismo e a profissão ganha novas características visando a atender as necessidades dentro de seu contexto histórico. O novo código de 1986 destaca os princípios e diretrizes que orienta a prática profissional do assistente social, sendo articuladas as lutas de classes, tendo seu posicionamento voltado aos interesses da classe trabalhadora. (Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/20696288/as-mudancas-introduzidas-pelo-codigo-de-etica-de-1986>).

renovado, já que a sua instauração foi no ano de 1986 e com a promulgação da Constituição Federal do Brasil apresentou algumas mudanças e adequações na atuação profissional.

Apesar do momento da renovação do Serviço Social ocorrer em plena ditadura militar, esses avanços acontecem de forma significativa em sua base teórico-conceitual. Até o presente momento, o projeto ético político profissional, se norteia em busca de viabilização dos direitos sociais dos usuários, lutando contra o capital. O projeto profissional contribui também para a formação dos assistentes sociais, para que estes sejam propositivos.

1.2. A Política de Assistência Social e seus níveis de proteção social.

A trajetória histórica da Política de Assistência social no Brasil, dentro do chamado tripé da Seguridade Social⁶, ressalta o domínio da assistência nesse modelo.

Podemos dizer que houve um desenvolvimento considerável em relação à sua implementação desde a Constituição de 1988, que permitiu introduzir significativas melhorias na área social. Sendo assim, a política de Assistência Social passa a ser tratada enquanto política de Estado, constituindo-se nos dizeres de (YASBEK, 2008, p.20-21). “como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação às vulnerabilidades e à subalternidade econômico, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira”.

Até o ano de 1988 a assistência social no Brasil, tinha suas ações realizadas de forma assistencialista e seletiva, passando a ser tratada constitucionalmente como direito a partir da Constituição Federal de 1988, também denominada “Constituição Cidadã”. Significando assim, um grande marco para a conquista da democracia no país, pois estabeleceu princípios democráticos, reconhecendo, direitos políticos, civis e sociais. Além de ser considerado um avanço fundamental, nesse processo de reconhecimento da assistência social, como política pública. A partir deste momento, a assistência social foi inserida na política de seguridade

⁶ Na Constituição Brasileira de 1988 o termo Seguridade Social é utilizado pela 1ª vez, composta pelo tripé: Saúde, como direito de todos, Previdência, de caráter contributivo, e Assistência Social, para os que dela necessitar.

social como: “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência” (BRASIL, 1988, art.194).

Vale ressaltar que ocorreu um grande acontecimento após cinco anos da carta Constitucional que foi o promulgação no dia 7 de dezembro de 1993, a lei nº 8.742/93^a LOAS – Lei Orgânica da Assistencial Social, que definiu a Assistência Social como,

[...] política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e a da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2008, p. 136).

A proteção da Família, da infância, da adolescência, da velhice, da habitação, e reabilitação profissional estão ligadas aos objetivos da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), na garantia dos mínimos sociais no cuidado de qualidade para atender a contingência dos direitos sociais.

Como afirma Yazbek,

Inegavelmente a LOAS não apenas introduz novo significado para a Assistente Social, diferenciando-a de assistencialismo, situando-a na política de seguridade, voltada a extensão da cidadania social dos setores mais vulnerabilizados, mas também aponta a centralidade do estado na universalização e garantia do direito de acesso a serviços sociais qualificados, ao mesmo tempo em que propõe o sistema descentralizado e participativo na gestão da assistência social no país, sob a égide da democracia e da cidadania. (YAZBEK, 1997, p. 10).

A LOAS vem para confirmar o dispositivo do artigo 204 da Constituição Federal de 88 onde,

As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos de orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, organizadas com base nas seguintes diretrizes: I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as

normas gerais à esfera federal e a estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal, vincular a programa de apoio, à inclusão e promoção social, até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I – despesas com pessoal e encargos sociais; II – serviço da dívida; III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (BRASIL, 1993, Art. 204).

Embora haja evidentes avanços na construção da política de assistência social, esta tem apresentado dificuldade significativa para sua consolidação. Como enfatiza BOSCHETTI (2003), a partir desse momento, pelo menos no plano legal, buscou-se romper com aquelas práticas assistencialistas, criativas e de benevolências que, historicamente, têm marcado a realidade brasileira.

Sobre isso, Prata acrescenta que,

[...] A LOAS foi fruto da articulação dos movimentos sociais que se organizaram com intuito de revigorar e concepção da assistência social e da democracia, colocando a proteção social como função governamental e como política pública. (PRATA, 2013, p. 21).

Sposati salienta que,

“A LOAS estabeleceu uma gestão descentralizada de democratizada da assistência social, sendo uma das aquisições fundamentais a incorporação de novos elementos ao debate desta política, decorrentes da instalação da relação participativa entre os três níveis de governo e, destes, com a sociedade”. (SPOSATI, 2001, p. 54-82).

Como está difundido no primeiro artigo da LOAS,

A assistência social é um direito do cidadão e dever do Estado, é uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, Art. 1º).

Yazbeck, assegura a importância da LOAS ao afirmar que ela,

Expressa uma mudança fundamental na concepção da Assistência Social que se afirma como direito, como uma das políticas estratégicas de combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade em que vive grande parte da população brasileira (YAZBECK, 1998 p.75).

YAZBECK (1998), ainda afirma que, a partir desse momento em que a assistência social foi regulamentada pela LOAS, como política social pública ela inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A LOAS em 2003 completava dez anos, e a assistência social ainda não havia avançado como uma política de seguridade social⁷. Sendo assim, em dezembro desse mesmo ano, ocorre a IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília, teve como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a fim de que fossem normatizadas as atribuições de cada esfera de governo e estabelecida uma rede de atendimento para efetivação da Assistência Social como política pública, materializando as diretrizes contidas na LOAS. (BREVILHERI & PASTOR, 2013, p. 02).

Couto afirma que,

[...] a implementação da PNAS e do SUAS tem liberado, em todo território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área. (COUTO 2011, p. 38).

Portanto, frente à importância que representa a PNAS, a referida deliberação representou potencialmente um grande desenvolvimento de estratégia de articulação e de gestão que viabilizam a abordagem intersetoriais.

⁷ A seguridade social ou segurança social consiste num conjunto de políticas sociais cujo fim é amparar e assistir o cidadão e a sua família em situações como a velhice, a doença e o desemprego.

Ainda para Couto,

[...] deve-se expressar a articulação entre políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. (COUTO 2011, p.39).

Nesse âmbito, houve um destaque importante na implantação da PNAS e do SUAS, que para COUTO (2011, p.39), “ampliam os usuários da política, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como idosos, o adolescentes, a população em situação de rua, entre outros)”, além de trabalhar com,

Cidadãos e grupos que se encontravam em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos como perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou, no processo à demais políticas públicas; uso de substância psicoativa; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco e social. (PNAS, 2004, p. 27).

A PNAS entende, portanto, que seus inúmeros caracteres a prevenção, desse modo à família é um ponto principal atuação para a instituição, onde são efetuadas atividades para fortalecer os vínculos.

Nessa perspectiva, define Fraga,

O propósito que a PNAS apresenta não deixa dúvidas que a proteção do usuário e a garantia dos seus direitos sejam assegurados visando o bem estar e o vínculo familiar, porém, observando a realidade brasileira são perceptíveis deficiências institucionais que poderão repercutir diretamente na vida da população usuário da política de assistência comprometendo sua efetivação. (FRAGA, 2013, p. 25).

Com a proteção social posta pela Assistência Social, na PNAS, aponta-se para a proteção dos cidadãos contra os riscos sociais que a vida proporciona, a partir de “desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada” (PNAS, 2004, p. 19).

Dessa forma, a proteção social é apresentada em dois níveis; o de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. “A proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, P.19). COUTO (2011, p.39), ainda pontua que “a Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo e processador da inclusão social”. O Serviço de Proteção Social Básica é executado de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social.

Como afirma a PNAS 2004,

Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e públicas de Assistência Social, bem como de forma nas entidades e organizações de Assistência Social da área de abrangência dos CRAS (PNAS 2004, p. 19).

O SUAS engloba também a oferta de benefícios assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes. Baseia as orientações na PNAS (Política Nacional de Assistência Social) aprovado em 2004.

A Política Nacional de Assistência Social tem como princípios,

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.26).

A PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. As ações sócio assistenciais são descentralizadas, participativas, e tem relação com as três esferas governamentais. A Política Nacional de Assistência Social traz sua marca no reconhecimento de que para além das demandas setoriais e segmentadas, no local se encontram e se movimentam setores e segmentos e isto faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades sócio territoriais na sua configuração. A organização, disciplina e a operacionalização da gestão da política de assistência social é feita através da Norma Operacional Básica (NOB).

A legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004, sob a égide de construção do SUAS, abordando, dentre outras coisas: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle desta política e como se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos.

Sendo assim,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, são políticas de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, ART. 1º).

A principal porta de entrada do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), é uma unidade estatal descentralizada da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) tem como função gestão territorial da rede de assistência social básica, para promoção e articulação das unidades a ele referenciadas. de 2005, pela PNAS (Política Nacional de Assistência dentre alguns elementos para a sua implantação estão a vulnerabilidade social, presença de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em famílias com renda até meio salário mínimo, responsáveis analfabetos ou com baixa escolaridade, mulheres chefes de família sem cônjuge, ou com responsáveis desempregados, famílias em situação de trabalho infantil ou com presença de crianças e adolescentes em idade escolar em idade obrigatória fora da escola.

A articulação da rede de proteção social básica referenciada ao CRAS, é uma atividade eminente de gestão e consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção básica ao território.

Os usuários da política de assistência social passam a ser todos os cidadãos ou grupos que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade e risco social. O PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) atua de forma continuada, visando o fortalecimento da função protetiva das famílias, para que não haja ruptura dos vínculos, promove ao usuário acessar e usufruir de direitos, contribuindo para a melhoria de vida, este é normatizado com a Tipificação Nacional de Serviços sócio assistenciais.

A Tipificação Nacional de Serviços sócio assistenciais, organiza os níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, foi instituída por meio da Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

De acordo com a tipificação o CRAS oferece proteção básica, é responsável pelo PAIF, SCFV e serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, e o principal serviço ofertado é o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) é exclusiva e obrigatória sua execução, este

trabalho é de prestação continuada, tem como visão, que os vínculos das famílias em situação de vulnerabilidade social, não sejam rompidos, e sim fortalecidos, visando o acesso a direitos, e promovendo uma melhoria na qualidade de vida.

A equipe de referência do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica. A composição da equipe é regulamentada pela NOB-RH/SUAS Norma Operacional Básica – NOB/SUAS esta retoma as normas operacionais de 1997 e 1998 e se constitui no mais novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 que para metram o funcionamento do SUAS.

Assim sendo, os serviços que são considerados no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) para mais fortalecimentos com vínculos internos e externos, se dão, conforme a PNAS (2004) “através do protagonismo de seus, membros e da oferta e um conjunto de serviços locais que visam à convivência, socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos”. São exemplos: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

No entanto podemos afirmar que o SUAS, veio para complementar e organizar a política de assistência, sendo um marco na história da produção possibilitando novas formas de enfrentamento da questão social e mais efetividade na ação profissional. O SUAS, exerce sua função como mecanismo de proteção social brasileira sendo organizado respeitando a:

- Matricialidade sócio-familiar;
- Descentralização político-administrativa e Territorialização;
- Novas bases para relação entre Estado e Sociedade Civil;
- Financiamento pelas três esferas de governo com divisão de responsabilidades;
- Controle social;
- Política de Recursos humanos;
- Informação, Monitoramento e Avaliação.

Entretanto, o SUAS ainda se afirma, enquanto estrutura de gestão e execução da política de Assistência Social.

Quanto a essa característica COUTO, YAZBEK E RAICHELIS, afirmam,

[...] está voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em redes hierarquizadas e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO, YAZBEK e RAICHELIS, 2010 p.38).

LOPES igualmente faz suas relevantes considerações sobre o sistema,

O Sistema Único de Assistência Social, em construção no país, é a materialização de uma agenda democrática cuja biografia tem raízes históricas nas lutas e contradições que compõem esse direito social, que foram e são objeto da atenção de intelectuais, da atuação de militantes e da ação de trabalhadores sociais em todo o país. Esse processo histórico de alguma duração, perto de quatro décadas, continua a requisitar muita atenção, já que aparece como referência para a montagem da nova condição da política de assistência social em curso. Esta justa “retroversão assessora o enfrentamento dos” desafios colossais que envolvem o projeto e o processo desse inédito sistema e garante a manutenção do seu compromisso central, que é solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003 (LOPES, 2006, p 77).

Complementando esse processo de implantação do SUAS, em julho de 2005, foi aprovada a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, que definiu os tipos e níveis de gestão, instâncias de articulação, pactuação e deliberação, e financiamento da política de assistência social,

A Norma de Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social (NOB/SUAS) foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução nº 27, de 24/02/2005 e aborda fundamentalmente: a divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação das entidades e organizações governamentais e não governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma Márcia Pastor, Peterson Alexandre Marino 48 Sociedade em Debate, Pelotas, 16 (2): 43-61, Jul- dez./2010 de gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferência de recursos (BRASIL, 2005).

Além de todas as alterações e avanços, em novembro de 2009 foi aprovada a Resolução 109/2009, sobre a tipificação dos serviços socioassistenciais, que exige estudo e mudanças na organização dos serviços nos municípios.

A tipificação dos serviços socioassistenciais vem para apresentar a padronização dos serviços da assistência, sendo um instrumento utilizado como referencial para gestores e trabalhadores da assistência social. Sendo organizada por níveis de complexidade, com a finalidade de estabelecer normas a serem seguidas para prestar serviços de proteção social aos cidadãos. Sua divisão consiste em três tipos de serviços compostos cada um deles por vários níveis. (BRASIL, 2009). Distribuindo os serviços entre as categorias: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Já inseridos na proteção social especial estão,

Proteção Social Especial de Média Complexidade que compreende os seguintes serviços de Proteção e atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social e Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, Idosas e suas famílias; Serviço Especializado para pessoas em situação de Rua (BRASIL, 2009, p. 5).

Do mesmo modo também na tipificação traz especificados os serviços da proteção especial de alta complexidade,

Proteção Social Especial de Alta Complexidade que compreende os seguintes serviços: Serviço de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades: abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009, p. 5).

Assim sendo, a Proteção Social Especial, “requer acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas” (PNAS, 2004, p. 22). Acordando com o que estabelece a PNAS 2004, a Proteção Especial pode ter dois

serviços, o de média complexidade e de alta complexidade: “os serviços de Proteção Social devem prover um conjunto de seguranças que cubram, reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais” (SPOSATI, 1995, p.68).

De acordo com a PNAS (2004, p.24), a Proteção Social deve garantir: Segurança de convívio; Segurança de Acolhida; Segurança de Sobrevivência.

A tipificação dos serviços socioassistenciais profere,

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção de suas histórias e vivência individuais e coletivas, na família e no território (RESOLUÇÃO, Nº 109/09, p.25).

Nesse âmbito, a tipificação dos serviços socioassistenciais consolida, como podemos notar, a crítica do assistente social em relação à sociedade, pois assevera que cada território tem suas sequelas.

Vale ressaltar que a Política de Assistência Social não é fruto da vontade política de governo específico, mas sim das lutas sociais, protagonizadas tanto pela sociedade civil, como também por profissionais da área social que acabaram por pressionar o Estado a criar políticas públicas que possam dar respostas às suas necessidades.

Diante dessa postura, houve uma exigência aos assistentes sociais de uma conduta comprometida com os princípios éticos-políticos da profissão, confirmando a necessidade de se organizarem coletivamente, dando continuidade na luta por mudanças necessárias, com o intuito de se efetivarem os direitos dentro das políticas sociais principalmente na Assistência Social.

1.3 O Projeto ético político como norteador da prática profissional.

A reflexão sobre a ética no qual tem como objeto a moral está presente hoje e todo o decorrer da vida humana, pois se sabe que os valores éticos permeiam a

conduta do ser humano nas relações sociais, bem como a conduta profissional, permitindo que se faça a escolha suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal.

Entende-se que a ética não cria a moral, visto que a moral é um conjunto de princípios, valores e normas de comportamentos, mas a ética procura determinar a essência da moral, sua origem, e suas condições subjetivas e objetivas, entre outros.

Como afirma Barroco,

A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização dos indivíduos. Faz parte do processo de socialização dos indivíduos, reproduzindo-se através do hábito e expressando valores e princípios socioculturais dominantes, numa determinada época histórica (BARROCO, 2001, p. 42).

É importante contextualizar o projeto ético político do serviço social, dando ênfase ao congresso da virada, o qual proporcionou subsídios para a elaboração desse projeto profissional.

O III Congresso de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada”. O ano de 1979 tornou-se emblemático por ser o tempo de florescimento das possibilidades objetivas e subjetivas que permitiram às forças políticas do trabalho expressar suas lutas pela implementação do Estado de Direito após o nefasto período de vigência da ditadura militar no Brasil, que ceifou as mais corajosas formas de resistência e combate ao autoritarismo. Alimentados por aquela conjuntura sócio-histórica, Assistentes Sociais começaram a tecer o entendimento do Serviço Social nos marcos da relação capital/ trabalho e nas complexas relações entre Estado e Sociedade. A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha (CFESS, 2009, p. 1).

A partir de então, grandes mudanças ocorreram e refletiam no interior da profissão. A transição da década de 70 para a década de 80, foi decisiva para a construção do Serviço Social mais crítico e interventivo, possibilitando à categoria a criação de bases teóricas e políticas organizativas.

O projeto ético político tem como núcleo central, o reconhecimento da liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, trazendo transformações para a sociedade

O congresso da virada demarcou novos horizontes, para a categoria profissional, pois de acordo com CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) foi a partir daí, que:

Assistentes Sociais entenderam que as condições de vida e de trabalho se alteram mediante processos de resistência. Entenderam, também, que o conformismo que se reproduz na vida cotidiana de amplos segmentos da população diz respeito ao modo de vida instituído pelo projeto do capital que atua na produção de diferentes níveis de exploração e de opressão, na perspectiva de assegurar a reprodução de seu projeto de acumulação (CFESS, 2009, p.1).

No entanto, houve a compreensão de que a questão social é reflexo da exploração do capital em cima do trabalhador e de que este é um sujeito de direitos, sendo assim a categoria de assistentes sociais em diferentes recantos do país passa a assumir explicitamente seu compromisso com os interesses com a classe trabalhadora.

As repercussões deste congresso persistiram por muitos anos, levando à produção democrática, de novos textos para a lei de regulamentação profissional: o código de ética do assistente social e as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social.

Entretanto, construíam-se um projeto profissional vinculado a um projeto de transformação da sociedade que é bem claro em seus comprometimentos com usuário.

Segundo NETTO,

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p 104-5).

Os princípios norteadores desse projeto desdobram-se no Código de Ética do Assistente Social, de 1993, na Lei de Regulamentação a Profissão de Serviço Social – Lei 8662/93 e a nova Proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.

Como referência FRAGA,

A Lei de Regulamentação da Profissão estabelece os parâmetros legais que asseguram as competência ao assistente social e ampara suas prerrogativas exclusivas a cada profissional que precisa, então, ter ciência de seu teor para lançar mão desse aparato legal, nos diferentes âmbitos de atuação profissional (FRAGA, 2010, p. 50).

O profissional de Serviço Social deve assumir como orientação, o Projeto ético político, articulando suas dimensões técnico-operativas, ético-políticas, teórico-metodológicas. Na atualidade, o profissional de Serviço Social, apresenta diversos desafios os quais são apontados por Iamamoto,

Rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e consequentes refrações no exercício profissional; 2) acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país; 3) articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais; 4) afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano; 5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2009, p. 38-39).

De acordo com os desafios citados acima, o profissional tem que se valer do seu projeto ético político com a orientação para uma atuação efetiva, tentando de todas as formas possíveis libertar-se das influências neoliberais ainda existente.

Santana afirma que,

À medida que o profissional assume o compromisso com a transformação dessa sociedade e institui como estratégia de ação, no atual momento histórico, a luta por direitos sociais, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados e com o fortalecimento do usuário, seu perfil tem que ser necessariamente crítico e questionador. É preciso, também, que este esteja munido de um referencial teórico-metodológico que lhe permita apreender a realidade numa perspectiva de totalidade, e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação. (SANTANA, 2000, p. 90).

Em 1996 a ABEPSS elabora e aprova um novo projeto pedagógico o qual foi denominado Diretrizes Curriculares.

Segundo Lewgoy:

As Diretrizes Curriculares foram elaboradas como uma resposta às novas exigências da formação profissional, que remetem às contradições do processo capitalista atual, o qual demanda, por um lado, uma formação qualificada e crítica e, por outro lado, que sejam contempladas as novas características técnicas e sócio intelectivas exigidas ao trabalhador. (LEWGOY, 2010, p. 180).

No que diz a respeito das novas diretrizes curriculares para o curso de serviço social, Fraga também afirma:

A Abepss (1996), na proposta das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, postulada como princípios da formação profissional (entre outros), o estabelecimento das dimensões investigativo e interventivo como princípios formativos que devem perpassar a formação profissional e da relação teoria e realidade; recomenda a questão do caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional do assistente social. (FRAGA, 2010, p. 50).

O atual Código de Ética profissional, aprovado em 1993, foi resultado de um amadurecimento das reflexões iniciadas na elaboração do Código de 1986 quando a profissão começa a superar sua prática religiosa e assume compromissos com a

classe trabalhadora. Embora o código de 86 promulgue o amadurecimento teórico metodológico e o posicionamento ideopolítico profissional, segundo BARROCO (2001), esse código ainda expressou uma concepção ética mecanizada, e o mesmo não apresentava um “acúmulo teórico-filosófico que pudesse adensar e explicar as bases ontológicas necessárias à sua formação”.

Quanto ao código de 1986 Iamamoto afirma:

O Código de Ética de 1986 emerge como uma expressão tardia do debate da reconceituação. Representou uma importante ruptura política com o tradicionalismo profissional: expressa um compromisso ético-político de construção de uma prática articulada aqueles que participam da sociedade por intermédio de seu trabalho, propugnando eticamente o compromisso com classe trabalhadora e, neste sentido, rompendo com o mito da neutralidade profissional. (IAMAMOTO, 2001, p. 100).

No entanto, na afirmação do código de 86, havia uma fragilidade teórico metodológico o qual foi necessário inspecionar em 1993, mediante o contexto vivenciado na época de adoção do neoliberalismo. Deste modo a partir de 1992 e 1993 a questão ética se apresenta como um tema emergente no debate realizado pela categoria profissional.

Como é relatado pelo CFESS.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFESS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro 1992), envolvendo, além do conjunto CFRSS/CRESS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau da ativa participação de assistentes sociais de todo país assegura que este novo Código, produzido no marco de mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais. (CFESS, 1993).

Neste sentido o código e ética de 1993 é um momento fundamental do processo de construção do projeto ético político do serviço social. O qual de acordo

com NETTO (1999) trata-se de um projeto em contínuo desdobramento, e se posiciona sendo radicalmente democrático.

Como assegura Netto,

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às política e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p. 16).

Entretanto, os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

O projeto ético político pode se concretizar nas ações cotidianas do profissional, e para operacionalizar essas ações são utilizados três instrumentos/documentos legais e referenciais teóricos os quais legitimam e também dão racionalidade prático-político e prático-normativo ao projeto. Sendo elas: a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídica – política da profissão.

De acordo com TEIXEIRA e BRAZ (2009) é através da dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social que conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão e esta dimensão tem como parâmetro a sintonia com as tendências teórico – críticas do pensamento social.

A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a sintonia com as tendências teóricas – críticas do pensamento social já mencionadas. Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão os pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8).

TEIXEIRA (2009) ainda afirma que é através da dimensão político organizativa da profissão que ela se constitui, pois nessa inclui tantos fóruns de deliberações quanto também às entidades organizativas do serviço social como Conselho Federal e Regional de Serviço Social a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e as demais associações político – profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

De acordo com Teixeira,

É através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético – político (como uma projeção) pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático, aberto, em construção e em permanente tensão e conflito. Esta constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009 p. 8).

A dimensão jurídico-política subtende ao aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional.

Como referenciado por Braz,

Arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão. Como componentes construídos e legitimados pela categoria temos o atual Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996, que já foram mencionadas no início deste item. Temos também o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da profissão, diz respeito tanto sua implementação pelos assistentes sociais em duas diversas áreas de atuação, quanto a participação decisiva que tiveram e tem na construção e aprovação das leis

e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009 IDEM).

Neste contexto, o conjunto de leis e resoluções atinentes à profissão e ao seu projeto ético-político encontra-se realizados, direta ou indiretamente, valores que contornam o projeto. Essas dimensões articuladas entre elas compõem o corpo material do projeto ético político profissional que, como foi dito, deve ser compreendido como uma construção coletiva que, como tal, tem uma determinada direção social que envolve valores, compromissos sociais e princípios que estão em permanente discussão exatamente porque participante que é do movimento vivo e contraditório das classes na sociedade.

A busca pelo conhecimento é incessante, pois a questão social, sempre terá novas roupagens, e um profissional estagnado, que não consegue decifrar a realidade, e compreender a totalidade de seu usuário, não conseguirá alcançar respostas para as demandas apresentadas.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SUAS CONDICIONALIDADES: UMA PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS.

2.1 Os programas de transferência de renda no Brasil: O Programa bolsa família e suas condicionalidades.

Para contextualizar a gênese dos programas de transferência de renda, é de suma importância destacar que o ideário neoliberal se dissemina na década de 1970, podendo-se destacar que o Welfare State⁸, a política social e a seguridade social passam a confrontar com o retorno do ideário liberal dando sinais de esgotamento. Parafraseando Oliveira, destaca-se que as políticas sociais surgiram através dos movimentos da classe operária do século XIX. Respalda-se que as mesmas foram implantadas como formas de respostas, aos problemas existentes da questão social. Entretanto na década de 1980 nos países capitalistas centrais, houve o início de medidas contencionistas e paliativas de recursos para conter com as necessidades sociais que foram se propagando.

O sistema capitalista de organização da sociedade empreendido no mundo passou a desenvolver características peculiares, dentre elas a pobreza. A concentração populacional nas grandes cidades, a reestruturação industrial e a desigual distribuição das benesses do crescimento econômico contribuíram para a criação de um novo elenco de problemas e carências ligados à insegurança pessoal, à violência urbana e à grupos mais vulneráveis.

A transferência de renda assume relevância na sociedade brasileira, como estratégia de enfrentamento da pobreza, tendo como eixo central o repasse monetário às famílias, articulado à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias.

O debate em torno dos Programas de Transferência de Renda os situa como possibilidade de solução para a crise do desemprego, e o enfrentamento da

⁸ Estado de bem-estar social, Estado-providência ou Estado social é um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica do país, em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes de acordo com o país em questão. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_bem-estar_social).

pobreza, sendo defendido por políticos, organizações sociais e estudiosos das questões sociais de diferentes matizes teóricas.

Entende-se por Programas de Transferência de Renda uma transferência monetária, oferecido pelo Estado, ou seja, a transferência de uma determinada quantia em dinheiro para as famílias, atrelada à condicionais que as mesmas devem cumprir, na dimensão mais ampla do sistema brasileiro de proteção social.

Os Programas de Transferência de Renda alcançaram maior abrangência e ampliação, mais precisamente a partir dos anos de 1980, situando-se no âmbito das transformações econômicas, políticas e sociais, como possibilidade de enfrentamento das expressões da questão social.

Vale ressaltar que no Brasil, a primeira discussão sobre renda mínima foi em 1975 quando Antônio Maria da Silveira publicou um artigo sobre “Redistribuição de Renda”, para o autor a economia brasileira não atendia as necessidades básicas de sentido de garantir uma transferência monetária proporcional, referenciada num nível de subsistência da população pobre.

Em artigo em 1975, Antônio Maria da Silveira argumenta que a forma básica de distribuição de renda da economia capitalista não atende necessariamente à sobrevivência de todos – nem mesmo de todos os participantes de força de trabalho – e que não é possível esperar o crescimento do “bolo” porque não há medida da suficiência do crescimento, e não se verifica uma relação entre crescimento e bem estar. Assim, para garantir o direito à existência é preciso o estabelecimento de um programa governamental, proporcionando meios que permitiam a gradativa, mas efetiva extinção da pobreza (FONSECA, 2001, p. 93 e 94).

A rede de proteção social tem como público alvo usuário e sua família que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Os programas de transferência de Renda surgem com a proposta de garantir uma renda mínima no país para esta classe. O debate sobre Programas de Transferência de Renda se intensifica através da apresentação do Programa de Garantia de renda Mínima (PGRM) apresentado pelo senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT), instituído sob a forma de imposto negativo.

De acordo com Silva,

O Imposto de Renda Negativo é, portanto, uma proposta que preconiza uma transferência monetária para os trabalhadores que tenham uma renda anual baixa de um patamar previamente fixado, sendo que os trabalhadores que apresentam um montante de renda acima do fixado deverão pagar impostos de renda. (SILVA, 2006, p. 87).

Com base nestas propostas que o Senador Eduardo Suplicy sentiu-se motivado em apresentar o Projeto e Lei 8091 propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, considerando um marco histórico da política pública do Programa Nacional de Transferência de Renda.

Silva apregoa que,

Em 1991, foi inaugurado o primeiro momento desse debate, quando foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal, o Projeto de Lei n. 80/1991 supracitado, autonomia do Senador Suplicy (PT – SP) que propõe a instituição de um Programa de Garantia de Renda Mínima, em nível nacional (SILVA: 2004 p. 90).

Este programa propunha geração de renda mínima, para beneficiar todos brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade, A princípio a proposta de Suplicy foi criticada por ser um programa direcionado ao indivíduo inserido em um determinado grupo ocupacional, que deveria começar pelos idosos até chegar aos mais novos. Também foi criticado no sentido de incentivar o trabalho informal.

Neste contexto Silva assevera,

Neste momento Camargo dialogava e apresentava críticas em relação ao PGRM proposto pelo Senador Eduardo Suplicy, sugerindo mudança no conteúdo do debate e criticando a proposta de iniciar programas dessa natureza pelos mais idosos, e criticando também a possibilidade desses programas incentivarem o trabalho informal, sem carteira assinada. (SILVA: 2004, P.90).

A partir deste debate o Programa Geração de Renda Mínima – PGRM começou a ser pensando em uma renda familiar que contemplasse a família beneficiária, articulada com a escolarização e dependentes sem idade escolar.

No Brasil, as políticas sociais de combate à pobreza ainda se encontram muito atreladas ao assistencialismo⁹ e a noção de que “o lugar destinado aos pobres, é aquele dos não cidadania, isto é, o lugar no qual a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade, e os direitos em ajuda” a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas sim pela prova de que dela está excluída (TELLES, 2007, p. 60).

Maria Ozanira da Silva afirma que,

Os programas de transferência de renda podem vir a contribuir para um novo aprendizado institucional, principalmente pela indicação ou tentativa de superação de suas tradições que marcaram os programas sociais no Brasil: isolamento e desarticulação dos programas entre si, bem como o descuido com práticas que permitissem identificar resultados. Neste sentido, a introdução é uma prática de monitoramento e avaliação mais frequente nesses programas e a inclusão, no seu desenho, embora na implementação os limites sejam enormes, de uma busca de articulação de transferência monetária com outros programas sociais, principalmente no campo da educação da saúde e do trabalho, podem significar um avanço para ampliação de possíveis impactos. (SILVA, 2007, p. 212).

Faz-se necessário ressaltar, que na década de 90, o Brasil vivia uma crise devido às consequências da política neoliberal do governo Collor, onde a economia entrou em recessão, e conseqüentemente aumentou o desemprego. Para reduzir os gastos o governo cortou verbas essenciais, resultando na deterioração dos serviços públicos. Crise esta que vem acontecendo desde 1930.

Em 1992, devido às circunstâncias do Movimento Éticas na política que resultou o impeachment do governo Collor¹⁰, foi que as políticas de combate à

⁹ Assistencialismo é a ação de pessoas, organizações governamentais e entidades sociais junto às camadas sociais mais desfavorecidas, marginalizadas e carentes, caracterizada pela ajuda momentânea, filantrópica e pontual (doações de alimentos e medicamentos, por exemplo). (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Assistencialismo>).

¹⁰ O processo de impeachment de Fernando Collor transcorreu no final de 1992 e foi o primeiro processo de impeachment do Brasil e da América Latina, resultando no afastamento definitivo de Fernando Collor de Mello do cargo de presidente da república. (Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_de_impeachment_de_Fernando_Collor).

pobreza começaram a fazer parte da agenda nacional, sendo influenciados por vários movimentos sociais, dentre eles o Programa do Sociólogo Betinho com a Campanha Nacional da Ação Cidadania contra Fome, a Miséria e pela Vida, sendo incorporada em 1993 pelo Itamar Franco como Plano de Combate à Fome e à Miséria.

Nesta época o país retoma o crescimento econômico. Já em 1994 com a implantação do Plano Real ¹¹tem-se a estabilização da moeda nacional. Em 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso, favorecido pelo Plano Real, que conseguira deter o processo inflacionário, inicia seu governo dando prioridade para política econômica, adotando uma política neoliberal.

Neste período foi montada uma rede de diversos programas sociais nas áreas da educação, saúde, erradicação do trabalho infantil, entre outros, constituindo-se numa chamada “Rede de Proteção Social” que acabou virando sinônimo de política social e um dogma a respeito das alternativas para população pobre. As políticas sociais foram compensadas pelo governo em forma de bolsas de diversos tipos (escola, alimentação entre outras).

O governo FHC substituiu o Plano de Combate a Fome e a Miséria, do governo de Itamar Franco pelo Programa Comunidade Solidária, uma tentativa de controlar o gasto social com as políticas de ajustes estruturais. Com características neoliberais de solidariedade, com traços clientelísticos, desconstruindo os direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1998.

Nesta perspectiva para o enfrentamento do cerne da questão social houve a criação de diversos programas criados pelo governo Federal voltado para educação brasileira. Parafraseando SILVA, 2004, p, 67, “o passo inicial para a criação dos programas foi a inclusão do Bolsa Escola e Poupança-Escola em sua campanha eleitoral em 1994”. Neste sentido o governo FHC tinha como objetivo central tirar as crianças da rua ou do mercado de trabalho concedendo-lhe o acesso à escola.

Maria Ozanira da Silva argumenta que,

¹¹ Plano Real foi o programa brasileiro de estabilização econômica que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil, situação que já durava aproximadamente trinta anos. Até então, os pacotes econômicos eram marcados por medidas como congelamento de preços. (Disponível em <https://www.infoescola.com/economia/plano-real/>).

O Bolsa Escola, responsável por ter trazer as crianças as salas de aula, era complementando pelo Programa Poupança Escola, objetivando a reduzir a potência e a evasão escolar. O Poupança Escola garantia a cada aluno do Bolsa Escola um registro contábil que era transformado numa caderneta de poupança no Banco do Brasil. (SILVA, 2004, p. 69).

Já em 1999, criou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o objetivo de atender crianças e adolescentes em 07 a 15 anos de idade que exercem qualquer função laborativa, possibilitando a troca do trabalho pela escola e tinha como condicionalidades à permanência destes, com frequência escolar em período integral.

O Pró-jovem foi também um programa de transferência de renda que era destinado a jovens de 15 a 17 anos, proporcionando capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuravam trabalho, mas que fortalecia o vínculo com o ensino e com a família.

Outro Programa de Transferência de Renda voltado para os jovens foi o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, criado em 2001, especialmente para os jovens que se encontram fora da escola, advindo das famílias em situação de vulnerabilidade social, que tinham renda per capita até meio salário mínimo, em situação de risco social, que tinham participado de outros Programas Sociais, como por exemplo, o PETI.

Registra-se também neste contexto o Programa Auxílio-Gás, o objetivo deste foi compensar os efeitos da liberação do comércio de derivados de petróleo e a retirada de subsídios ao gás de cozinha. Parafraseando “SILVA, 2004, p.11, o Auxílio-Gás foi criado em janeiro de 2002, pela lei nº 10.435/2002, para atender as famílias em extrema vulnerabilidade.

Nesta trajetória brasileira, no âmbito das estratégias governamentais de combate e enfrentamento ao crescente pauperismo e desigualdades sociais, houve a necessidade da criação de mais um Programa de Transferência de Renda, o Programa Fome Zero, acerca de que o direito a alimentação deve ser assegurada pelo Estado, com objetivo de uma formulação política de segurança alimentar saudável voltada para população brasileira.

A partir de 2003 os programas de transferência de renda no Brasil, passam a atingir um novo patamar no seu conteúdo e forma de gestão, quando se inicia o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Neste período foi instituído o Cartão-Alimentação pela Medida Provisória nº 108 de 27/02/2003, está é uma das ações situadas no campo das políticas específicas que integram o Programa Fome Zero, com objetivo de promover a segurança alimentar de todos os brasileiros. A fome deixou de ser problema apenas para os pobres e famintos, transformando-se num desafio para o governo e a sociedade.

O programa priorizou ações de ampliação do acesso á alimentação das famílias situadas no semi-árido e na região norte e camadas específicas, como: acampados e indígenas. Vale ressaltar que havia em 2001 no governo FHC um programa similar denominado “Bolsa Renda” que após a implantação do Cartão-Alimentação foi suspenso.

De acordo com Valente,

A segurança Alimentar da população não pode ser garantida pela solidariedade (..) estas ações devem ser progressivamente assumidas pelo Estado dentro da ótica de garantia de direitos e inseridas em um processo emancipatório de construção da cidadania (VALENTE, 2003, p. 23).

Sob a ótica dos Direitos Humanos, na perspectiva de uma alimentação adequada, o Estado tem a obrigação de assegurar que todos tenham acesso à quantidade mínima de alimento e garantir que todos estejam livres da fome.

O governo Lula antes de ser empossado, preocupou-se em adotar no âmbito das estratégias governamentais de enfrentamento à pobreza, o Programa Fome Zero que previa entre outros aspectos, a transferência de renda para as famílias pobres.

O programa Fome Zero emerge no país em um contexto de profundas transformações societárias e alterações na proteção social, destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social.

Na formulação do Programa Fome Zero são apresentados três conjuntos de políticas articuladas entre si, cujo foco é a segurança alimentar entendida como garantia ao acesso de uma alimentação adequada à sobrevivência e a saúde em

termos de qualidade, quantidade e regularidade, são elas: Políticas estruturais, voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza; Política Específica voltada para atender diretamente as famílias no que tange o acesso ao alimento; Políticas Locais, que podem ser implementadas por Prefeituras e pela Sociedade.

No cenário político dos últimos anos, a pobreza e a desigualdade social vêm sendo crescentemente abordadas como questões de filantropia e solidariedade social. O avanço do ideário da “sociedade solidária”, como base do setor privado e não mercantil de provisão social, parece revelar a edificação de um sistema misto de proteção social.

O Programa Bolsa Família integrava o Programa Fome Zero, que tinha como objetivo assegurar o direito de alimentação adequada, promovendo segurança alimentar e nutricional e contribuir para erradicação da pobreza e conquista da cidadania. O programa visa dar proteção a todo grupo familiar, juntamente com recursos financeiros, para complementar a renda, estimular as famílias beneficiárias a frequentarem e utilizarem os serviços da rede pública, com a finalidade de combater à miséria e a exclusão social e assim promover a emancipação das famílias mais pobres.

O programa Bolsa Família é uma das principais ações do Fome Zero, concebido como uma política intersetorial que articula os diversos agentes públicos e sociais em torno de uma prioridade de governo e sobretudo de um imperativo ético, a erradicação da fome e a promoção da inclusão social no Brasil (WWW.MDS.GOV.BR) PORT. N.737 de 15/02/2004).

Assim, as propostas em relação ao papel do Estado na esfera da proteção social são reducionistas e voltada para situação extremas, com um alto grau de seletividade e focalização direcionadas aos mais pobres entre os pobres, apelando à ação humanitária e/ou solidária da sociedade.

A justificativa do governo federal para unificar os programas de transferência de renda, tais como: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, é a de que estes programas setoriais que operavam com cotas restritas de atendimento, voltavam-se exclusivamente, para um segmento ou grupo familiar. Com base neste diagnóstico que o Programa Bolsa Família foi oficialmente lançado em 20 de outubro de 2003, fundamentando-se em algumas premissas como:

A complementação de renda favorece o acesso aos direitos universais de educação, saúde e alimentação; é fundamental combinar transferências de renda com outras políticas e programas; entender o Cadastro Único como uma ferramenta destinada ao planejamento de políticas públicas no âmbito dos territórios; realizar a combinação de esforços com estados e municípios em dois planos: integração com os programas de transferência de renda, e incorporar as famílias aos demais programas e políticas (CARTILHA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 2003).

A proposta de Unificação dos programas de transferência de renda foi instituída sob a medida provisória n.132, art.3º.

O programa Bolsa Família proposta que o governo federal, lançada no dia 20 de outubro de 2003, para unificação dos programas de transferência de renda, inicialmente restrita a unificação de quatro programas federais: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação. Situando-se no âmbito da Presidência da República caracterizando-se como destinado a transferência de renda com condicionalidades, devendo sua execução ocorrer de forma descentralizada com a conjunção de esforços entre os entes federados, considerando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. (SILVA: 2004 p136).

O programa Bolsa Família é fruto da unificação dos programas de transferência do governo federal. O objetivo desta união é aumentar a qualidade dos gastos públicos, a partir de uma gestão coordenada e integrada de forma intersetorial. O governo acredita que com esta união poderá consolidar e ampliar parcerias, maximizando o impacto dos recursos investidos nas políticas sociais, com intenção de oferecer amplas possibilidades de ação conjunturais com as prefeituras, para promover o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Neste contexto, O Programa Bolsa Família por ser uma estratégia de unificação de vários Programas de Transferência de Renda, tem-se como prioridade articular os três níveis de governo ao incluir a perspectiva de responsabilidade partilhada entre União, Estado e Município em um único Programa, representando um passo adiante e importante no campo das Políticas Sociais, ou seja, trazendo inovações as mesmas.

As estatísticas oficiais mostram que mais de 2/3 das receitas líquidas do governo federal são usadas para o financiamento de programas sociais. Entretanto, grande parte do gasto, refere-se ao pagamento de aposentadorias e pensões. Muitas vezes considerado regressivo. Em 2002, 73% da totalidade das transferências de renda do governo federal foram gastos com aposentadorias e pensões, enquanto 1,5% foram direcionados

para o atendimento das famílias pobres através dos programas de renda mínima. (IDEM, IBIDEM, 2007, p.50)

O Programa Bolsa Família se faz presente em todos os municípios brasileiros, representando uma evolução dos programas de Transferência de Renda. Orientando-se pela busca de maior racionalização desses programas e simplificação de acesso da população, tendo em vista, elevar sua efetividade no combate à fome e a pobreza, prioridade central do então, Governo Lula.

De acordo com Marina Ozanira da Silva,

Nas palavras do Presidente da República, em discurso e lançamento do programa, a unificação dará origem a um programa mais justo, racional e eficiente, tanto para os beneficiados, como para os Estados e País, sendo ainda, o Bolsa Família, apresentado por seus idealizadores como uma busca de melhor focalização para melhor enfrentamento e desenvolvimento de um processo sistemático de monitoramento e avaliação. (SILVA, 2004, p.136.)

Mediante ao exposto, os programas de transferência de renda, particularizados a partir do desenvolvimento social do capitalismo, projeta a ação do Estado regulador que de fato institui mecanismos de controle social, no qual oferece os mínimos de subsistência a classe trabalhadora, restringindo seus particulares interesses capitalistas, tornando seus discursos meios de atender os interesses de toda a sociedade, tendo assim, um modo de camuflar as reais problemáticas sociais do País.

Além dos direitos básicos que são assegurados as pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade, é preciso que estes possam compreender a si mesmos como portadores de direitos, o que lhes garante dignidade e cidadania. Uma vez que apenas garantir direitos não assegura diretamente a autonomia, é preciso que cada um se entenda como cidadão capaz de cobrar e lutar pelos seus direitos.

Cabe ressaltar que, O programa Bolsa Família seleciona as famílias a partir das informações inseridas pelo município no CadÚnico¹², instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de vulnerabilidade existentes no país. Parafaseando Silva (SILVA, 2004, p.74); ao entrar no Programa Bolsa Família, o núcleo familiar se compromete a cumprir as condicionalidades do programa nas áreas de saúde e educação, tendo como responsabilidade manter os filhos em idade escolar na escola, com frequência regular de crianças de 0 a 6 anos de idade aos postos de saúde, com manutenção do cartão e vacinas atualizado, frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina, retorno de adultos analfabetos à escola, devendo todas as famílias participar dos programas ofertados pelo governo.

Entretanto cabe ao município acompanhar o cumprimento das condicionalidades, repassando as informações recebidas ao Ministério de Desenvolvimento Social. O Programa Bolsa Família é voltado para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, buscando assim combater a miséria e a exclusão social, e gerar a emancipação dessas famílias.

Eliane Rosseti Behring assevera que,

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento, em geral setorializadas e fragmentadas, as expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING, 2006, p.51)

Embora alcançar a emancipação social dessas famílias através do Programa Bolsa Família seja difícil, já que vivemos em um país de grande desigualdade social e guiado por políticas neoliberais, onde ocorre o desmatamento dos direitos humanos. Através deste Programa o Governo Federal concede mensalmente

¹² O CadÚnico – ou Cadastro Único para Programas Sociais – é um sistema que contém informações sobre as famílias brasileiras de baixa renda agrupadas em um só lugar. São famílias de baixa renda aquelas que possuem meio salário mínimo mensal por pessoa integrante da mesma ou aquelas em que a renda total mensal é de até três salários mínimos. (Disponível em <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/cadunico/>).

benefícios em dinheiro para famílias que se enquadram nos critérios de elegibilidade por ele definido.

Segundo Júlio Cesar Torres,

O Objetivo do Programa Bolsa Família como política de alocação universal é conceder uma proteção integral a todo grupo familiar, e não alguns de seus membros, representando uma mudança significativa na concepção da política de renda mínima brasileira. Os recursos financeiros oferecidos pelo programa é uma forma de complementação da renda familiar, visam estimular as famílias beneficiadas a frequentarem e utilizarem os serviços da rede pública de saúde, de educação, de assistência social, este fato objetiva a autonomização das famílias no momento em que proporcionariam uma melhoria nas condições sociais do grupo familiar, provocando-se uma suposta ruptura no círculo vicioso de reprodução da miséria. (TORRES, 2008, PG.50)

Neste contexto, o autor compreende que o Programa Bolsa Família veio com estratégia de aumentar a renda familiar, e não como vínculo de transformar este benefício em dependência para o usuário.

Parafraseando Marques e Maia (MARQUES e MAIA 2007, p.74), por mais que eles enfatizem que é capaz de tomar as próprias decisões e escolher os caminhos mais adequados para se escapar da pobreza, o governo é apontado como aquele que detém o poder de administrar recursos para criar muitas das oportunidades que a eles são negadas. As oportunidades de conseguir um emprego que as torne dignas e as emancipe do benefício do programa reduzem-se cada vez mais com exigências como grau de escolaridade, cor de pele e experiência de trabalho.

Os gestores do Programa Bolsa Família entendem que a unificação dos Programas de transferência de renda é necessária porque a pobreza não é um fenômeno setorial isolado, e o seu enfrentamento só será possível se associarmos os Programas de Transferência de Renda às ações articuladas que podem garantir o acesso aos serviços públicos básicos Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Alves ressalta que,

A organização de uma política que pudesse ser desenvolvida no interior do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) atuando junto aos programas de assistência social e da segurança alimentar. Denominou a formação de uma infraestrutura político-administrativa a partir da criação de órgãos e técnicas de pesquisas, gestão da informação, construção de indicadores, publicização de resultados, análise, formulação e execução da política de monitoramento e avaliação. (ALVES, 2008, pg.25.)

É necessário exemplificar que cadastro do Programa Bolsa Família é realizado de forma universal para todos aqueles que estão dentro do perfil. Porém, devido ao grande número de usuários em situação de vulnerabilidade social, o governo federal prioriza pessoas em extrema pobreza, até mesmo porque cada município possui previsão do número de famílias em vulnerabilidade prioritária para serem beneficiados pelos programas sociais, inclusive o Programa Bolsa Família.

Parafraseando Avritzer (AVRITZER, 2006, pg.86.), com o surgimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve organizar o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, ou seja, um conjunto que concretizam as funções de Assistência Social, sendo, a proteção social básica e proteção social especial.

Conforme Leonardo Avritzer,

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo de proteção social brasileira (NOB\SUAS). Ele tem como objetivo regular e organizar serviços, programas, projetos e benefícios, ou seja, ações socioassistenciais na lógica de um sistema, o que significa planejar a política de Assistência Social de forma articulada entre os diversos entes federativos, União, Estado, Distrito Federal e Municípios. (AVRITZER, 2006, p.83.)

Nesta perspectiva, o Programa Bolsa Família passa a ter articulação com o Centro de Referência da Assistência Social, (CRAS) que são unidades públicas, estatais e de base territorial, localizadas em áreas de vulnerabilidade social a qual é necessário o atendimento, acompanhamento e encaminhamento referente às

famílias desorganizadas perante a sociedade. Executam serviços de proteção básica, organizam e coordenam a rede de serviços socioassistenciais locais da política de Assistência Social. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar.

Ângela Cristina Salgueiro Marques e Rousiley Celi Moreira Maia nos asseguram que:

Para sair da pobreza é preciso que elas encontrem oportunidades e desenvolvam recursos para superar os obstáculos que as impedem de ser valorizadas socialmente. O reconhecimento das habilidades adquiridas nos cursos, no investimento que elas procuram fazer em si mesmo, depende de que suas habilidades seja, reconhecidas como algo que traz contribuições concretas para a sociedade. Para que a estima social opere a favor da autonomia, a relação que o indivíduo mantém com os outros, deve ser construída através do exercício das potencialidades únicas de uma pessoa, e não do reforço das relações desiguais que só fazem aprofundar o lugar de impotente e incapaz destinado ao mais pobre. (MARQUES e MAIA, 2008, p.75.)

O Programa Bolsa Família possui um significado real aos beneficiários, uma vez que para muitos desses, o programa é a única possibilidade de obtenção de renda. Mas verifica-se que o programa não garante o acesso incondicional as pessoas que dele necessita, já que existe uma cota para cada município, ou seja, existe um limite de pessoas a serem beneficiadas em cada município.

Neste sentido os programas de transferência de renda, tem se tornado frágeis, levando a um atendimento cada vez mais restrito, seletivo e precário, não atendendo a crescente demanda, fruto da exclusão a que parte dos brasileiros está submetida.

Diante do contexto atual, o Programa Bolsa Família tem sido atribuído à função quase exclusiva de enfrentamento das expressões da questão social que tende a se aprofundar diante do estágio avassalador do capital. Onde o neoconservadorismo no campo da seguridade social, e em especial na área da Assistência social se faz presente. Minimizando os direitos sociais universalizados adquiridos na CF/88, com alargamento dos programas de transferência de renda como modelo de combate à pobreza no âmbito do capital.

2.2. O Trabalho do Assistente Social no Descumprimento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família do Município de Caratinga-Mg.

O município de Caratinga está localizado no interior do estado de Minas Gerais, região Sudeste do país. Pertence ao colar metropolitano do Vale do Aço e se localiza a leste da capital do estado, distando desta cerca de 310 km. Ocupa uma área de 1 258,660 km², sendo que 9,2 km² estão em perímetro urbano, e sua população em 2017 é de 91 841 habitantes.

A gestão da política de assistência social em Caratinga é realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, no âmbito do SUAS de acordo com a PNAS 2004 Caratinga está classificada como um município de médio porte, sendo considerado assim os municípios com população entre 50.001 a 100.000 habitantes. Onde de acordo com a PNAS 2004 é exigido que o município tenha no mínimo dois CRAS, cada uma para até 5.000 família referenciadas. No entanto o município de Caratinga possui três CRAS e um CREAS, compreendendo a grande demanda municipal.

A porta de entrada para a Política de Assistência Social se faz pelo CRAS onde os atendimentos aos usuários são realizados por assistentes sociais. O CRAS é a unidade em torno de qual se organizam os serviços de proteção social básica.

Observa-se que o descumprimento das condicionalidades do programa bolsa família são encaminhados para o CRAS, ao entrar no Programa Bolsa Família, o núcleo familiar se compromete a cumprir as condicionalidades do programa nas áreas de saúde e educação, tendo como responsabilidade manter os filhos em idade escolar na escola, com frequência regular de crianças de 0 a 6 anos de idade aos postos de saúde, com manutenção do cartão e vacinas atualizado, frequência de mulheres gestantes aos exames de rotina, retorno de adultos analfabetos à escola, devendo todas as famílias participar dos programas ofertados pelo governo.

Entretanto cabe ao município acompanhar o cumprimento das condicionalidades, repassando as informações recebidas ao Ministério de Desenvolvimento Social. O Programa Bolsa Família é voltado para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, buscando assim combater a miséria e a exclusão social, e gerar a emancipação dessas famílias.

Com vistas a dar sustentação ao nosso trabalho, foi realizada uma pesquisa com duas assistentes sociais responsáveis em acompanhar as famílias que se encontram em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família no município de Caratinga. A entrevista aplicada foi semiestruturada dando maior liberdade aos profissionais para resposta.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005), entrevista semiestruturada proporciona ao entrevistador uma maior liberdade para direcionar a discussão além de proporcionar uma exploração mais ampla sobre determinado assunto.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, WEBB sustenta que,

A pesquisa qualitativa é utilizada otimamente para aumentar o entendimento, expandir o conhecimento, esclarecer a utilização, gerar hipóteses, identificar uma gama de comportamentos, explorar/ explicar motivações e atitudes, destacar grupos comportamentais distintos e prover insumos para futuras pesquisas. A pesquisa qualitativa também pode ser usada para estudos exploratórios básicos, desenvolvimento de novo produto, desenvolvimento de criação, estudos diagnósticos e projetos táticos de pesquisa (WEBB, 2005, p. 129).

Assim, sendo, iremos denominar as entrevistadas como assistente social A e B. Ambas tem graduação em Serviço Social na Faculdades Integradas de Caratinga, sendo que, uma concluiu o curso em 2002 e a outra em 2005, as mesmas possuem pós graduação, sendo que o tempo de atuação como assistente social da entrevistada A é 6 anos sendo os mesmos trabalhados na política de assistência social e a entrevistada B é 14 anos, também trabalhados na política de assistência, sendo as mesmas concursadas.

Indagadas como é o local de trabalho e se o mesmo garante sigilo ao atendimento ao usuário assistente social A respondeu: “Ambiente propício ao desenvolvimento do trabalho como assistente social, com garantia de qualidade dos atendimentos e sigilo profissional necessário”. Neste sentido a assistente social B reforça, “o local de trabalho adequado e tem a garantia do sigilo no atendimento ao usuário”.

Observou-se que nos CRAS referenciados possuem espaços adequados para os atendimentos, dispendo de condições éticas e técnicas para o exercício profissional do assistente social.

De acordo com o artigo 2º da resolução CFESS nº 492/2006:

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas (CFESS nº 492/2006)

Em questionamento aos profissionais como a demanda de descumprimento do Programa Bolsa Família chega até o CRAS, a assistente social A relatou que “na sua maioria vem por encaminhamento do setor responsável pelo Cadastro Único (Bolsa Família) e outros casos como demanda espontânea e detecção em atendimentos variados”.

A assistente social B completou que “a demanda chega através das fichas encaminhadas do setor de Cadastro Único mediante informação repassada pela escola”.

O MDS afirma que,

A partir das informações das famílias que constam no Cadastro Único e do Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec), o Sistema de Condicionalidades (Sicon) do MDS gera o público com perfil para acompanhamento das condicionalidades. Em seguida, o MDS envia para o Ministério de Educação (MEC) e para o Ministério da Saúde (MS) as listas com o público a ser acompanhado nas respectivas áreas. O envio ocorre por meio de sistemas específicos — Sistema Presença e Sistema de Gestão do PBF na Saúde, respectivamente —, e o MEC e o MS disponibilizam as informações aos municípios. Com base nas listas com a relação das famílias em seu território, os municípios realizam o acompanhamento, coletam os resultados da frequência escolar e do atendimento em saúde e os registram nos respectivos sistemas da saúde e da educação (PUBLICADO EM 27/07/2015 14H20).

Perguntadas qual o fluxo do trabalho para este atendimento após a chegada desta demanda no CRAS, a assistente social A respondeu que é através de “visita domiciliar, entrevista com a família, encaminhamentos, acompanhamento sendo coletivo ou particularizado, posteriormente a avaliação e desligamento”.

A assistente social B respondeu que

É pesquisar no sistema do CRAS se a família é cadastrada; realizar busca a ativa (visita domiciliar) e atendimento social; Oferta de serviços do CRAS; Lançamento de informações da família no SICON (SISTEMA DE CONDICIONALIDADE) no site do MDS. (A. SOCIAL B)

Pode- se perceber que embora as duas profissionais usam os mesmos instrumentos de trabalho a assistente social B acrescentou que as informações adquiridas sobre a família em descumprimento é lançada no SICON que se encontra dentro do MDS relatando que:

Quando uma família descumpre os compromissos do Bolsa Família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Esses efeitos são gradativos e variam conforme o histórico de descumprimento da família, registrado no Sicon. Lá, o gestor municipal tem acesso a todos os descumprimentos e repercussões sobre o benefício de determinada família (PUBLICADO EM 27/07/2015 14H20).

Ao serem questionadas sobre qual seria o maior índice de descumprimento do programa bolsa família se por frequência escolar ou por acompanhamento na área da saúde ambas responderam que seria frequência escolar.

O MDS é responsável por sistematizar os resultados do acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, por meio do Sicon, e por identificar as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, ou seja, aquelas que têm um ou mais integrantes que deixaram de cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde ou de educação. Os estudantes com baixa frequência escolar, as crianças com calendário de vacinação e acompanhamento do crescimento desatualizados e as gestantes que não realizaram o pré-natal sinalizam ao poder público que, por algum motivo, estão com dificuldades de acessar esses serviços. A dificuldade de acesso pode ser um indício de que a família se encontra em

situação de vulnerabilidade e risco social (PUBLICADO EM 27/07/2015 14H20).

As profissionais quando questionadas sobre as principais demandas trazidas pelos usuários do programa bolsa família ao Serviço Social, a assistente social A em resposta disse:

Há um padrão repetitivo de vulnerabilidades sociais como: desemprego, conflitos familiares e fragilidades dos vínculos afetivos, essas situações se agravam somadas às negligências dos responsáveis familiar e com seus dependentes (A. SOCIAL A).

A assistente social B referenciou que “as principais demandas são: benefício bloqueado e cadastro desatualizado no CadÚnico.

Embora as respostas tenham ficado distintas o que pode-se perceber é que, a resposta da assistente social A é o reflexo da resposta da assistente social B, pois de acordo com o MDS os efeitos dos descumprimentos são:

Advertência: a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício.

Bloqueio: o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela.

Suspensão: o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período;

Cancelamento: a família deixa de participar do PBF.

Para a progressão de um efeito para o seguinte, considera-se o intervalo de seis meses. Por exemplo, caso uma família tenha sido advertida, em março de 2014, e venha a incorrer em um novo descumprimento, em período inferior ou igual a seis meses (ou seja, até setembro de 2014), o efeito progride para bloqueio. Mas, se o novo descumprimento ocorrer em prazo superior a seis meses, o efeito será a advertência, isto é, reinicia-se a aplicação gradativa dos efeitos. O prazo de seis meses, no entanto, não vale para a progressão da suspensão para o cancelamento, que obedece a regras específicas (PUBLICADO EM 27/07/2015 14h20).

Ao serem indagadas enquanto profissionais atuantes na Política de Assistência Social como elas avaliam o programa bolsa Família: pontos positivos e negativos, a assistente social A relata que “o programa de transferência de renda pode influenciar positivamente as famílias beneficiárias e melhorar suas condições

de vida e mudar com estratégia gradativa o orçamento familiar”. Ainda disse que “porém a não necessidade de comprovar com fonte documental, as declarações feitas deixa o programa bastante vulnerável as fraudes constantes. No que diz respeito às condicionalidades para se manter no programa são insuficientes”.

A assistente social B ressalta os pontos positivos como “contribuir na renda familiar e diminuição da reincidência de crianças/adolescentes com descumprimento de condicionalidades da educação”. E como pontos negativos, ressaltou “a acomodação (não buscar trabalho), a política de assistência social não ser colocada como uma condicionalidade como as demais políticas e o mal uso do benefício programa bolsa família”.

As duas entrevistadas relatam como pontos positivos que o programa bolsa família contribui com a renda familiar e auxilia no orçamento das famílias beneficiárias. Porém como ponto negativo, ambas relatam sobre a fragilidade das condicionalidades do programa que deveria ser amplo, se estendendo até a política da assistência social.

Respondendo as indagações sobre os avanços significativos nas famílias beneficiárias do programa bolsa família e quais seriam? A assistente social A fala que não, diante disso pode-se perceber a contradição sobre a questão anterior onde a mesma diz que “o programa de transferência de renda pode influenciar positivamente as famílias beneficiárias e melhorar suas condições de vida e mudar com estratégia gradativa o orçamento familiar”

Já assistente social B diz que,

Sim. São avanços pequenos de se comprometer em manter o filho na escola, assim, garantindo que não ocorra a reincidência nas faltas da escola. Não em sua maioria, mas algumas famílias aceitam ofertas de serviço do CRAS através da participação no SCFV (Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos) e o PAIF -Serviço de Proteção Atendimento Integral a Família. (A. SOCIAL B).

Quando a assistente social B fala que não é em sua maioria a inserção e aceitação dos beneficiários aos serviços ofertados pelos CRAS, observa-se que ela abre uma discussão relatada na questão anterior quando ela fala que um dos pontos

negativos seria “a política de assistência social não ser colocada como uma condicionalidade como as demais políticas”. (Assistente Social B)

Questionadas sobre a opinião referente às condicionalidades previstas no programa bolsa família se são suficientemente satisfatórias para um programa de tamanha complexidade? Ambas responderam que “não”. Porém, a assistente social B acrescenta que “uma vez que não há uma integração entre as políticas de saúde e educação para de fato satisfazer que o programa bolsa família propõe”.

Identifica-se que um dos desafios encontrados para que as condicionalidades previstas no programa bolsa família possam ser satisfatórias seria o envolvimento da gestão intersetorial das políticas públicas envolvidas nas condicionalidades, ou seja, uma articulação entre saúde, educação e assistência social para o acompanhamento das famílias beneficiárias. A ausência dessa integração prejudica o trabalho com as famílias, já que cada política atende uma especificidade e tem visões diferenciadas frente à realidade da família.

Cobo refere que,

Que as contrapartidas deveriam se configurar enquanto possibilidade de um acompanhamento integrado das famílias nas áreas de assistência social, saúde, e educação, pois o abandono escolar ou a baixa frequência na escola pode estar associado a problemas no âmbito familiar. O atendimento a estas demandas deveria ocorrer de forma conjunta entre Cras, Creas, escolas, envolvendo os agentes comunitários de saúde com sua ampla penetração e conhecimento das famílias nas localidades mais pobres. Sendo, portanto, a prática efetiva da intersetorialidade um desafio a ser superado (BARBARA COBO, 2012).

Para realização do exercício profissional, são necessários os instrumentos e técnicas de trabalho, quando indagados sobre quais são utilizados, a assistente social A relata “atendimento individualizado e coletivo, escuta qualificada, visita domiciliar, acompanhamento particularizado e coletivo, encaminhamentos, orientações diversas e avaliações”. Assistente social B elenca “visitas domiciliares atendimento social (individualizado ou em grupo) atendimento interdisciplinar, encaminhamentos para as demais políticas e equipamentos quando necessário”.

Diante das respostas pode-se observar que em cada intervenção se faz necessário o uso de instrumentos e técnicas diferentes, porém, é necessário que os instrumentos tragam respostas, para as novas roupagens da questão social.

Quanto a esses instrumentais e sua importância, GUERRA salienta,

Reconhecer a instrumentalidade com mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pela qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais (GUERRA, 2002, p.12).

Outra questão presente em nosso questionário é se os instrumentos utilizados são suficientes para o exercício da prática profissional? Por quê? A assistente social A respondeu “sim, pois nos parâmetros para avaliação progressiva ou repressiva de caso a caso possibilitando aplicação de outros instrumentos e métodos da política de assistência se façam necessários”. A Assistente Social B “sim, uma vez que através das mesmas detecta-se as necessidades dos usuários buscado assim a garantia de direitos”.

Entende-se que os instrumentos são necessários para qualquer processo de intervenção profissional e são utilizados para facilitar as intervenções no dia a dia do profissional e como afirma GUERRA (1995), são necessárias para garantir a eficácia e eficiência operatória da profissão.

Diante da resposta obtida constatou-se que as profissionais trabalham com objetivo de viabilizar de fato os direitos dos cidadãos. Pois é através da instrumentalidade e o processo de trabalho que o profissional tem sua finalidade para alcançar as condições e os objetivos de transformações vigentes.

GUERRA ressalta ainda que,

“[...] a instrumentalidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transforma, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano” (GUERRA, 2002, p. 54).

A dimensão política do nosso projeto profissional, assume claramente o seu compromisso social aos princípios do código de ética, entretanto os seus princípios também materializam a direção do projeto ético político. No entanto esse elo existente, entre um e outro é apropriado reafirmar o compromisso ético das profissionais. Em todas as atividades pauta-se os atendimentos no código de ética, visando o sigilo e a garantia de direitos bem como o atendimento e escuta tendo um olhar crítico diante da situação exposta (ASSISTENTE SOCIAL B).

Quando perguntado de que forma o código de ética do assistente social se expressa nas atividades realizadas; assistente social A responde que,

Toda e qualquer atividade, atendimento e outros processos pertinente ao trato com o usuário da política de assistência são pautadas no sigilo profissional, eficiência e liberdade de escolha responsabilidades, contudo contribuir para viabilização de direitos de acesso garantido pela atual legislação (ASSISTENTE A).

Assistente Social B responde que “percebeu-se que ambas tem o compromisso ético em suas intervenções”.

De acordo com SILVA,

O desafio é deixar que os princípios plasmados no código de ética e direitos humanos. Ética de 1993, que materializam a direção apontada pelo projeto ético político hegemônico do Serviço Social, sejam constantemente realimentados, fertilizando o nosso sonho, dando razão e significado a nossa práxis (SILVA, 2003, p. 204-2005).

Respondendo às seguintes indagações: como é organizado o trabalho do assistente social no equipamento? Você trabalha sozinho ou em equipe? Quem é o responsável por definir a dinâmica e trabalho?

O trabalho tem sua organização de acordo com as demandas pertinentes a política de proteção básica, sendo desenvolvido de forma interdisciplinar, onde é realizado o planejamento em equipe e cada profissional com sua autonomia organiza como julgar melhor sua rotina, desde que respeite as condições técnicas necessárias (ASSISTENTE SOCIAL A).

Neste sentido a assistente social B responde:

O trabalho é dividido por demanda para assistente social trabalho realizado em equipe, uma vez que semanalmente acontece a reunião de equipe do CRAS com a participação da Coordenadora, psicóloga e assistente sociais. É um momento onde organizamos o serviço e também avaliamos (ASSISTENTE SOCIAL B).

O trabalho e as ações desenvolvidas no CRAS necessitam ser desenvolvidas de forma interdisciplinar pois se acredita que está seja uma forma de superar as abordagens tecnicistas. Desta forma o caderno de orientações técnicas do CRAS destaca,

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS, 2009, p. 65).

Outra questão presente em nosso questionário é se o profissional tem autonomia para executar seu trabalho dentro do CRAS, o assistente social A diz que “sim”. Enquanto que, o assistente social B diz que “sim”, porém, faz ressalva que essa autonomia é dentro do que é atribuído a ela.

Embora ambas responderam que sim, sabe-se que o profissional dentro da sua área de atuação possui relativa autonomia no que diz respeito as ações desenvolvidas dentro do equipamento. Percebe-se uma atenção dentro do trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos.

A autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.16).

Como afirma IAMAMOTO (2001), o exercício profissional é uma ação de um sujeito que tem competências para propor, para negociar, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais.

Diante deste contexto questionamos as profissionais quais são os principais limites impostos ao seu exercício profissional na demanda do PBF?

De acordo com a assistente social A

Quando se trata de descumprimento, as famílias beneficiárias não aderem aos serviços, quando são ofertados. Outro fator limitante é a extensão da demanda e o recurso material insatisfatório no serviço público. (ASSISTENTE SOCIAL A).

Portanto, a assistente social B relata que “não tem limites uma vez que a mesma conseguiu atender a demanda de maneira satisfatória”.

A redução de recursos materiais tem significado uma deteriorização dos serviços sociais públicos, comprometendo a cobertura universalizada, bem como a qualidade, e a equidade dos serviços, os quais deviam ter como objetivo a melhoria de vida dos usuários, visando o alcance de melhores parâmetros sociais.

Embora a assistente social B relata que, consegue atender suas demandas de maneira satisfatória a assistente social A ressalta que o limite maior é a deficiência de recursos materiais na efetivação do seu trabalho.

Perguntamos qual a importância da profissão das profissionais para aqueles a quem direciona o seu trabalho em quais princípios suas ações estão pautadas? Diante deste contexto a assistente social A diz que “a superação ou graduação positiva da situação ou quadro em tela o qual nos é apresentado no acolhimento da família e/ou indivíduo. Já a assistente social B respondeu: “vejo que os usuários respeitam a minha profissão em sua maior parte são receptivas. O principal princípio das minhas ações é o sigilo profissional e o respeito (partindo princípio tratar o outro como gostaria de ser tratado)”.

Embora ficassem respostas distintas ao que lhes foram perguntadas percebeu-se na fala de ambas uma breve exposto sobre o projeto ético político visando que os princípios de suas ações são norteadas pelo projeto ético político da profissão.

Entretanto o objetivo do profissional de serviço social é buscar a emancipação dos indivíduos através da mediação e viabilização de direitos, para isso é fundamental saber articular entre teoria e prática, pois somente com essa articulação é possível compreender e apreender a realidade social dos usuários, buscando uma análise crítica das situações, e assim identificar demandas além das que são atendidas.

Diante desta fala NETTO, afirma,

[...] os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas pra o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 1999, p.95).

O assistente social nesta perspectiva tem o incessante compromisso de propor e efetivar ações profissionais que acompanhem a expansão da política de assistência social se comprometendo com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático, utilizando-se de estratégias que fortaleçam sua autonomia e competência profissional, a fim de efetuar intervenções com criticidade, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2011, p.4)

Ampliando a discussão foi abordada a seguinte pergunta como você expressa sua autonomia frente aos trabalhos desenvolvidos na política de assistência social sendo, que o assistente social é um agente de transformação e tem o projeto profissional critico como um direcionamento de suas ações.

Assistente social A respondeu que,

A autonomia profissional tem seu limite, na liberdade de escolha do indivíduo que acessa o serviço social. O trabalho do profissional do serviço social é orientar, propor ações frente às demandas apresentadas (ASSISTENTE SOCIAL A).

A assistente social B respondeu que “a autonomia se expressa na garantia de direitos, visando uma melhora na vida do usuário, desde que o mesmo se abra e aceite a colaboração”. Pode-se perceber que a autonomia é limitada devido aos fatores que interferem no cotidiano da atuação dos assistentes sociais.

O assistente social, no seu dia a dia de trabalho deve buscar caminhos, criar estratégias, ser criativo, buscando sempre o conhecimento, para definir quais os rumos que dará à sua atuação profissional, tendo compromissos éticos e políticos com a profissão. A realidade está em constante mudança, e é preciso estar atento, para que as respostas às novas demandas sejam satisfatórias, possibilitando a autonomia e a emancipação dos usuários.

Percebe-se na fala de ambas a importância com a liberdade do usuário, assumindo os compromissos defendidos pelo atual projeto profissional, como dito por NETTO,

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 1999, p. 15).

O espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais é permeado por interesses contraditórios muitas vezes totalmente contrários aos princípios da Política de Assistência Social, fazendo com que as intervenções dos profissionais aos usuários em espaço de trabalho sejam afetadas.

Partindo do pressuposto de que o código de ética de 1993 descreve no artigo 4º, inciso c, em que veta a compactuação do profissional com a instituição que condiz com os princípios e diretrizes do código, nos colocamos diante de uma

contradição e de um grande desafio para a categoria profissional, diante do exposto fizemos a seguinte pergunta as assistentes sociais.

Ser assistente social requer posicionamento para defender os direitos de uma classe, acredita que é uma profissão que deve agir de forma crítica, mesmo tendo que submeter a hierarquia, mas sem deixar de ter uma opinião?

Em resposta a assistente social A diz que,

Sim. Submeter a uma questão de hierarquia é uma questão de respeito e organização necessária ao trabalho. Não devemos é a submissão, resignação, ser omissos onde devemos lutar e defender os direitos de uma categoria (ASSISTENTE SOCIAL A).

A assistente social B diz que “acredito, sei que a hierarquia é necessária, porém não deixo de emitir minha opinião quando necessário, pois como seres em busca de crescimento e aprendizagem”.

Mediante a fala das assistentes sociais percebeu-se que a hierarquia se faz importante dentro da instituição, porém, ambas deixam claro que não deixam de opinar quando necessário e ainda na fala da assistente social A, a clareza na defesa do código de ética da profissão quando se diz na luta pela categoria.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser o profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p. 70).

O assistente social no seu cotidiano deve traçar caminhos, criar estratégias ser propositivo, almejando sempre conhecimento, para definir os rumos que dará sua atuação profissional, com compromissos éticos e políticos com a profissão a realidade está em constante transformação é necessário estar atento às transformações societárias tendo uma compreensão da política de assistência social efetivação de direitos e emancipação dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do objeto de estudo apresentado, fez-se necessário uma discussão sobre um breve histórico do surgimento do serviço social no Brasil, da importância do Projeto Ético – Político para o serviço social e seu significado para a prática profissional, contextualizando também a política de assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 ao SUAS, sendo que foi realizada uma pesquisa semiestruturada com duas assistentes sociais do CRAS, com o objetivo de compreender os entraves e desafios da prática profissional mediante a demanda do equipamento.

O serviço social surgiu no Brasil no período de 1930, atrelado à emergência da questão social, em uma prática conservadora e tradicional. A partir de 1960 há o início do movimento de reconceituação que visa o rompimento com o conservadorismo, buscando uma renovação profissional que tem seu objetivo analisar a teoria e a prática embasadas pelos ideais norte-americanos.

Portanto, os primeiros contatos com a tradição marxista trouxeram a teoria da dialética que percorreu em todo processo de reconceituação, discutindo a atuação profissional pautada na moral do indivíduo, onde não eram respeitados seus valores e culturas, buscando uma prática emancipadora e democrática.

Neste sentido, o profissional usa os instrumentos necessários para uma ação efetiva, através do projeto ético político, das dimensões ético político, teórico metodológico, técnico operativo e do trabalho coletivo em busca da emancipação do usuário.

Foi possível verificar através do questionário aplicado aos assistentes sociais do CRAS, que os mesmos possuem alguns entraves na realização da prática profissional, no que tange seu trabalho no descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família tendo por objetivo demonstrar com este estudo os limites e possibilidades desta intervenção profissional junto ao maior programa de transferência de renda do Brasil.

São muitos os desafios no cotidiano profissional e existe a necessidade de que o assistente social seja dinâmico, propositivo e executivo, pois “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se

dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho”.

Parafraseando Iamamoto (2007), é fundamental para o Serviço Social na contemporaneidade, decifrar as novas mediações em que se expressa a questão social.

A autora ainda afirma que,

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p.20).

O profissional deve integrar suas ações de trabalho em uma atuação estratégica e concreta de acordo com os princípios da profissão, tendo uma compreensão da política de assistência e a assistência social afim da efetivação de direitos e emancipação do usuário.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) são compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de Saúde e Educação, elevando o grau de efetivação de direitos sociais por meio do acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação e assistência social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira et al. Avaliação da política de assistência social neoliberal . In: Revista Serviço Social e sociedade, n. 92. São Paulo: Cortez, 2007.

AVRITZER, Leonardo (Coord.). Núcleo de apoio à Assistência Social. Cadernos de Assistência Social: Belo Horizonte ; NUPASS, 2006.

BARROCO, M. L. S. Ética e Serviço Social. Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e história. São Paulo: Cortez. 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.2).

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. Ed. Brasília: GESS/UnB, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF. 2009.

_____. Norma Operacional Básica NOB/ SUAS. Brasília, 2005.

_____. Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília. 2009.

BREVILHERI, E. C. L; PASTOR, M. O Social em Questão – Ano XVII – nº 30 – 2013.

BRASIL, Lei Orgânica da Assistência Social, 8. 742/93.

CARTILHA DO GOVERNO FEDERAL

CFESS. Código de Ética do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Lei de Regulamentação da Profissão , Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1933. Brasília: CFESS, 1933.

http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLACAO_E_RESOLUCOES_AS.pdf

COBO, Bárbara. Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. Em: COUTO, Berenice Rojas et AL. Orgs). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. FONSECA, Ana Maria Medeiros da. Família e Política de Renda Mínima. São Paulo, Cortez, 2001.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do Assistente Social. Revista Trimestral de Serviço Social, Ano XXX, nº 101. São Paulo/SP, 2010. Cortez Editora.

GUERRA, YOLANDA. A instrumentalidade no trabalho do assistente social IN: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. Módulo IV: o trabalho do assistente social São Paulo: Cortez 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS-CE, Debate n. 6, 1997.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 8 ed. São Paulo. Cortez. 1991.

_____. Marilda. *O serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 8 ed. São Paulo. Cortez. 2005.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. *Serviço Social de Comunidade*. São Paulo: Cortez, p. 171 – 172, 1956.

KONOPKA, Gisela. *Serviço social de grupo: um processo de ajuda*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986, P 33.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional*, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. *O tempo do SUAS*. In *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 87 ano XXVI Especial 2006 São Paulo Cortez, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 6° ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro e MAIA, Rousiely Celi Moreira. *Dimensões da Autonomia no Combate à pobreza: o programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias*. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 92, Ano XXVIII, Novembro de 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: Identidade e Alienação*. 15 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Bolsa Família. Secretária Nacional de Renda de Cidadania – Cenarc*. Brasília. 2006.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64*. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50. NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós – ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64. Ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A Construção do projeto ético – político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PRATA, Varlei de Moura. Análise da Política de Assistência Social do Município de Simonésia – MG. 2013. 110f. Tese em Assistência Social – Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Ciência Gerenciais de Manhuaçu, Manhuaçu, 2013.

RICHMOND, M. Caso Social Individual. Buenos Aires: Humanista, 1962.

SANTANA, R. S. O desafio da Implantação do projeto ético – político do Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano, n. 62, mar. 2000.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Renda Mínima e Reestruturação Produtiva. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, M. O. S. O Serviço Social e o popular: regaste teórico – metodológico do projeto profissional de ruptura. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. A Política Social no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda/Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yasbekc, Geraldo di giovanni – São Paulo: Cortez – 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. A política Social Brasileira no Século XXI: a previdência dos programas de transferência de renda. 3 edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEXEIRA, J. B.; BRÁZ. M. O projeto ético – político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; UnB/Centro de Educação Aberta Continuada a Distância/Cead,2009.

TORRES, Júlio Cesar et al. O SUAS e a universalização da renda social mínima no Brasil. In: Revista Serviço Social e sociedade, n.92. São Paulo: Cortez, 2007.

VALENTE, Flávio. O direito à alimentação. In Benevenuto, Jayme/Zettersrom, Lima (org). 2002. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>> WEBB, John. Pesquisa de Marketing. IN: BAKER, Micheal (org). Administração de Marketing. São Paulo: Campus, 2005.